

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANDRÉIA DE SOUZA BEZERRA

COLÔMBIA: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA NAS FARC

BRASÍLIA

2009

ANDRÉIA DE SOUZA BEZERRA

COLÔMBIA: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA NAS FARC

Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pelo curso de graduação em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília

Orientador: Prof. Frederico Seixas Dias

BRASÍLIA

2009

ANDRÉIA DE SOUZA BEZERRA

COLÔMBIA: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA NAS FARC

Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pelo curso de graduação em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília

Orientador: Prof. Frederico Seixas Dias

Brasília, 14 de agosto de 2009

Banca examinadora

Prof. Frederico Seixas Dias
Orientador

Prof. Daniel Jatobá
Examinador

Prof. Delmo Arguelhes
Examinador

RESUMO

A Colômbia tem vivido um longo conflito interno depois que as guerrilhas surgiram no país. Além dos problemas internos, a atuação das guerrilhas tem se expandido e provocado conflitos entre a Colômbia e seus países vizinhos. Nesse cenário de guerra, o principal ator, cujo governo colombiano tenta combater, são as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), a maior e mais antiga guerrilha do país. Este trabalho tem por objetivo analisar as causas que levaram as FARC a serem um grupo altamente violento. Essa análise será feita através do modelo do pesquisador americano David Laitin, que estuda a questão do uso da violência nos movimentos nacionalistas. A abordagem feita por esse autor é distinta dos estudos comumente realizados a respeito dos movimentos nacionalistas violentos. Laitin critica as abordagens generalizadas, feitas de forma macrofundamentada, e prioriza a análise mais aprofundada desse tema, utilizando-se de critérios microfundamentados para formular sua teoria. Dessa forma, este estudo tentará encontrar nas proposições microfundamentadas de Laitin, explicações para os altos níveis de violência praticados pelas FARC.

Palavras-chave: Colômbia, FARC, guerrilha, violência, nacionalismo.

ABSTRACT

Colombia has experienced a long internal conflict after the emergency of guerrillas in the country. Apart from internal problems, the action of guerrillas has expanded and caused conflicts between Colombia and its neighbors. In this scenario of war, the main actor, which the Colombian government tries to combat, are the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC), the largest and oldest guerrilla movement in the country. This study aims to analyze the causes that led the FARC to be a highly violent group. This analysis will be done through the model of the American researcher David Laitin, who studies the issue of the use of violence in the nationalist movements. The approach made by the author is distinct from commonly performed studies about the violent nationalist movements. Laitin criticizes generalized approaches, which are macro foundations and prioritize the further analysis of this theme, using micro foundations criteria to formulate his theory. Thus, this study will try to find in the micro foundations propositions of Laitin, explanations for the high levels of violence committed by FARC.

Key words: Colombia, FARC, guerrilla, violence, nationalism

SUMÁRIO DE FIGURAS

Figura 1 - DEPARTAMENTOS COLÔMBIA.....	33
Figura 2 - MORTES NA COLÔMBIA ENTRE 1948-1963.....	37
Figura 3 - PRESENÇA FARC 1980.....	42
Figura 4 - PRESENÇA FARC 2000.....	42

SUMÁRIO

Introdução.....	7
1 ANÁLISE TEÓRICA DA VIOLÊNCIA EM MOVIMENTOS NACIONALISTAS.....	10
1.1 Introdução.....	10
1.2 <i>National revivals and violence</i> – David Laitin.....	11
1.3 Aplicabilidade do modelo teórico de Laitin.....	27
2 ANALISANDO O SURGIMENTO DAS FARC.....	30
2.1 Introdução.....	30
2.2 Origem das FARC.....	30
2.3 O que são as FARC? Alguns problemas de cunho conceitual.....	46
3 EXPLICAÇÕES MACROFUNDAMENTADAS PARA OS ALTOS NÍVEIS DE VIOLÊNCIA DAS FARC.....	53
3.1 Introdução.....	53
3.2 A violência das guerrilhas explicada pela formação do Estado colombiano.....	54
3.3 A violência das guerrilhas explicada pela noção de Estado falido.....	56
3.4 A violência das guerrilhas explicada a partir de uma análise em nível sub-nacional.....	58
3.4.1 Fatores Econômicos.....	58
3.4.2 Fatores governamentais.....	60
3.4.3 Fatores demográficos.....	61
3.4.4 Fatores geográficos e regionais.....	61
3.5 A violência das guerrilhas explicada pelo fracasso da ação coletiva e noção de poder.....	62
3.6 Explicações para a persistência da violência guerrilheira.....	64
4 EXPLICAÇÕES MICROFUNDAMENTADAS PARA OS ALTOS NÍVEIS DE VIOLÊNCIA DAS FARC.....	70
4.1 Introdução.....	70
4.2 Análise microfundamentada da violência nas FARC.....	71
4.2.1 Estrutura social rural densa.....	71
4.2.2 Explicando os incentivos à violência: os “fenômenos de virada” no recrutamento político.....	74
4.2.3 Mecanismos de sustentação.....	77
Conclusão.....	84
Bibliografia.....	89

Introdução

Na segunda metade do século XX ocorreram movimentos revolucionários armados em praticamente todos os países da América Latina. Apenas dois levaram à conquista do poder, a Revolução Cubana em 1959 e a Revolução Sandinista em 1979. Os demais não alcançaram seus objetivos militarmente e quase todos deram continuidade à ação política pela via eleitoral.

Neste estudo, será estudado o caso colombiano, onde persiste uma insurgência pela via da guerrilha há mais de quarenta anos: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Inspirados pelo sucesso da Revolução Cubana a população colombiana, revoltada com os abusos do governo, se uniu para lutar pelos seus direitos. Essa união resultou nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Com o passar dos anos as FARC se tornaram um grupo guerrilheiro fortemente armado e com milhares de integrantes. Sua forma de organização e seus ideais sofreram grandes modificações, e a violência passou a caracterizar sua forma de atuação.

Este estudo será conduzido na tentativa de identificar os fatores que levaram ao desenvolvimento violento das FARC. Para isso, será utilizada a teoria do pesquisador americano David Laitin, que trata sobre a violência nos movimentos nacionalistas. A partir desta teoria será feita uma análise da atuação das FARC com o intuito de explorar as causas¹ que as levam à utilização da violência sistemática como instrumento político.

¹ Neste estudo, o termo “causa” deve ser entendido como condicionante.

Para uma eficiente aplicação analítica da teoria acima, é necessário acumular bastante conhecimento sobre as FARC. Por isso, elas serão estudadas desde sua formação, considerando o contexto em que seus membros estavam inseridos, os fatores que levaram ao surgimento do movimento, as condições em que este se organizou e se consolidou, bem como os fatores que levaram às mudanças ocorridas na forma de atuação do grupo e a reação do Estado em relação ao movimento.

Desta forma, a pesquisa será desenvolvida por meio do método estudo de caso. Este método utiliza uma análise qualitativa e refere-se a um estudo intensivo de uma situação particular. A eficácia desse método para a pesquisa a ser desenvolvida está na possibilidade de descrição do contexto da vida real no qual o fenômeno ocorreu e na avaliação, ainda que de forma descritiva, do fenômeno. O método estudo de caso será aplicado para responder a um problema causal. Portanto, o caso das FARC será analisado detalhadamente, buscando identificar a presença das proposições de Laitin para, enfim, encontrar os fatores presentes no movimento que explicam seu caráter violento.

A compreensão dessa forma violenta de atuação é importante, pois os conflitos internos põem em risco a segurança do país em diversos aspectos. No caso das FARC, a guerrilha se consolidou em uma proporção que passou a ameaçar também a segurança dos seus vizinhos fronteiriços. Internamente o conflito gera problemas econômicos, sociais e políticos. Externamente surgem vários problemas de interesse internacional nesse contexto de guerra pelo poder. O envolvimento com o narcotráfico, o sequestro de pessoas, o desrespeito aos direitos humanos, dentre outros, são temas que preocupam a sociedade internacional e em

especial a América do Sul. A presença de guerrilheiros na fronteira com o Equador e o ataque recentemente comandado pela Colômbia naquele território provocou grande tensão no continente. A reação imediata de cortar relações com a Colômbia não só por parte do Equador, mas também por parte da Venezuela, é um exemplo de como esta guerrilha pode trazer consequências mais graves para todo o continente.

Quando as causas que levaram a um problema são identificadas, a resolução deste se torna mais fácil. Portanto, identificar os fatores que explicam o caráter violento das FARC é um passo importante que mostrará onde e como se deve agir para que haja um diálogo produtivo entre governo e guerrilha.

O desenvolvimento deste trabalho, bem como as conclusões obtidas trarão grande contribuição também para academia de Relações Internacionais. A teoria de David Laitin será aplicada ao movimento das FARC e assim testada quanto ao seu potencial de explicação também em movimentos que não são nacionalistas tradicionais. Dessa forma, o conhecimento já desenvolvido por Laitin será organizado de forma original gerando um conhecimento novo a respeito de um movimento guerrilheiro de grande expressão atual.

1 ANÁLISE TEÓRICA DA VIOLÊNCIA EM MOVIMENTOS NACIONALISTAS

1.1 Introdução

O Governo colombiano tenta combater as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) desde seu surgimento. Uma das últimas ofensivas mais polêmicas ocorreu em março de 2008, quando um ataque aéreo colombiano devastou um acampamento das FARC instalado nas matas do Equador, a menos de 2 quilômetros da fronteira com a Colômbia. A polêmica girou em torno da morte de Luis Édgar Devia - mais conhecido pelo nome de Raúl Reyes, o segundo na hierarquia da organização - e também da crise diplomática gerada entre Colômbia, Equador e Venezuela.

Observando a trajetória das FARC percebe-se que esse cenário de conflito tornou-se mais complicado a partir dos anos 80, quando o movimento intensificou o envolvimento com o narcotráfico, a fim de compor uma das principais fontes de renda do grupo. A interação entre o narcotráfico e a guerrilha gerou um aumento da violência e levou à morte de milhares de pessoas. Além disso, a guerrilha passou a sequestrar civis, membros do governo e militares. No entanto, as FARC surgiram em 1964 com um objetivo político, lutando pelos interesses das classes menos favorecidas e pela constituição de um regime socialista.

Com mais de 40 anos de luta na selva amazônica colombiana, as FARC constituem um exército bem armado e bem disciplinado com cerca de 20 mil

combatentes (homens e mulheres) e controlam mais de 1/3 do território do país, incluindo cidades, vilarejos, estradas e sistema produtivo de autossuficiência. Diante do atual potencial desse grupo guerrilheiro e das consequências que vem trazendo para o continente, os fatos que originaram os atos de violência desse grupo torna-se algo a ser questionado e estudado.

Neste capítulo discorrerei sobre a teoria de David Laitin, que aborda a questão do uso da violência nos movimentos nacionalistas². Os elementos identificados nessa teoria servirão de base para estudar o caso da violência nas FARC. Ao final do capítulo explicarei como esses elementos serão aplicados ao estudo em questão.

1.2 *National revivals and violence* – David Laitin

Por ser uma teoria média o modelo de Laitin é pouco conhecido, ao contrário das teorias clássicas de Relações Internacionais, como o realismo e o liberalismo, por exemplo. Faz-se necessário, portanto, uma explicação aprofundada e detalhada do estudo de Laitin para que se compreenda claramente os objetivos e conclusões dessa teoria. Essa compreensão é essencial, pois o modelo de Laitin é a base para o desenvolvimento do estudo sobre a violência das FARC e, assim, pode-se vislumbrar com maior clareza a forma como a pesquisa será conduzida.

A observação inicial de Laitin, que o leva a desenvolver este estudo, é a de que movimentos nacionalistas que lutam por uma nova delimitação das fronteiras de

² Atualmente as FARC não são classificadas pela sociedade internacional como um movimento nacionalista. Várias são as classificações intituladas a esse movimento. Essa questão será abordada no decorrer do trabalho.

um Estado e nação têm, em muitos casos, induzido à violência. Porém, ele indaga que movimentos similares em objetivos e aparentemente similares em contexto têm sido resolvidos por meios pacíficos. Diante dessa controvérsia, Laitin propõe identificar em seu estudo as causas para alguns movimentos nacionalistas serem pacíficos e outros serem violentos.

Antes de identificar essas causas o autor faz uma breve exposição sobre o surgimento do nacionalismo para depois justificar sua linha de estudo. Segundo Laitin, estudos sobre nacionalismo e violência têm afirmado que o nacionalismo é uma formação social moderna que emergiu com o nascimento do capitalismo industrial e conseqüente modernização.

Na Europa do século XVII o capitalismo provocou grande migração, fenômeno conhecido por “mobilização social”, o qual provocou uma mistura dos distintos dialetos e culturas. Com a modernização, a cultura das pessoas que habitavam as principais zonas do capitalismo começou a dominar e a definir padrões para outras regiões. Nesse período, a fronteira dos Estados era determinada sem respeitar as diferentes culturas. Porém, o capitalismo e a reforma Protestante trouxeram a noção de cidadania individual para as classes sociais mais poderosas. Símbolos que apontavam para uma cultura comum, associados às culturas das zonas econômicas mais importantes, tornaram-se ferramentas poderosas de legitimação. Laitin afirma que dessa forma as nações foram inventadas ou imaginadas.

O autor acredita que essas explicações para o nacionalismo foram desenvolvidas de forma macrossociológica, ou seja, dando ênfase aos sistemas sociais em grande escala e não à interação social entre indivíduos ou pequenos

grupos. Dessa forma, segundo Laitin, tornou-se difícil relacionar o nacionalismo com a questão da violência. Laitin afirma ainda que muitos estudos tentaram conectar os diferentes tipos de nacionalismo com a violência, por exemplo, diferenciando Estados que criam nações (França e Inglaterra) de nações que criam Estados (Itália, Alemanha). No entanto, para o autor, em nenhum desses trabalhos há uma linha empírica ou teórica clara entre nacionalismo e violência.

Com o intuito de desenvolver seu estudo de forma mais consistente Laitin utiliza o método comparativo para enfraquecer as formulações macrosociológicas que encontram as razões para o nacionalismo violento no capitalismo, modernização, pós-colonialismo, pobreza, relativa privação e *status* de inferioridade. Isso porque ele não acredita que essas formulações macro fundamentadas possam explicar a relação entre nacionalismo e violência. Para provar isso ele procura variações nas consequências (variável dependente) quando a suposta causa (variável independente) está presente em todos os casos. Por exemplo, se o colonialismo é associado à violência na Argélia e paz na Tunísia, o método comparativo sugere a busca de outras causas para a violência na Argélia.

No estudo em questão Laitin analisa e compara os pares de movimentos nacionalistas do País Basco e Catalunha; e Ucrânia e Geórgia, nos quais o nível de violência teve participação diferenciada em cada um. Os movimentos no País Basco e na Geórgia apresentaram altos níveis de violência, enquanto na Catalunha e na Ucrânia os movimentos foram mais pacíficos. O estudo do primeiro par de movimentos é o primeiro passo para empregar o método comparativo.

O ponto inicial de Laitin é perceber que a variação na variável dependente – alto nível de violência no movimento Basco; baixo nível de violência na Catalunha

– é brusca. O autor identifica que as condições macrossociológicas em ambas as regiões são as mesmas e, portanto, não podem explicar a violência no país Basco e a paz na Catalunha.

A Catalunha e o país Basco são duas regiões da Espanha que possuem uma cultura linguística distinta do restante do país. Ambas as regiões foram industrializadas prematuramente se comparadas ao centro político em Castela. Na Catalunha a vanguarda nacionalista era formada pela burguesia, que buscava autonomia da Espanha mercantilista, enquanto no país Basco a vanguarda era formada por nobres rurais que temiam as consequências de a burguesia Basca se unir à Espanha. Ambas as regiões, devido à industrialização do século XX, atraíram migrantes de áreas rurais da Espanha, que foram considerados estrangeiros. O governo de Franco proibiu qualquer manifestação de distinção regional, desejando unificar a cultura do país. Opositores defendiam a autonomia regional como pré-requisito para a democracia espanhola. Os movimentos da Catalunha e do país Basco buscavam independência da Espanha. Nesse período ambos tinham seus partidos regionais liderados por burgueses moderados: o PNV (Partido nacionalista Basco) e o CDC (Convergência Democrática da Catalunha).

Apesar dessas similaridades o movimento da Catalunha foi relativamente pacífico, enquanto o movimento do país Basco foi sangrento. O ETA - a organização terrorista basca - até 1990 foi responsável por cerca de 780 mortes, um infindável número de sequestros e de explosões de estações elétricas, centros turísticos e propriedades do Estado. Os alvos de assassinato eram militares espanhóis, bem como os próprios bascos que cooperavam com o Estado, os que recusavam pagar a taxa da revolução ou os que participavam de outros partidos espanhóis. Por outro

lado, Laitin reconhece que a violência como tática sempre foi debatida nos círculos radicais da Catalunha e nunca foi completamente rejeitada. Porém, essas atividades foram rapidamente contidas e o terrorismo não se tornou normalizado.

Identificadas as similaridades existentes entre o país Basco e a Catalunha na época do surgimento dos movimentos nacionalistas na região, Laitin analisa alguns estudos que tentam relacionar movimentos nacionalistas e violência, para confirmar sua afirmação anterior de que eles não conseguem explicar essa relação.

O primeiro estudo é a explicação da sociologia histórica. Esses teóricos diferenciam o nacionalismo basco e catalão focando nas classes sociais que desempenharam papéis de vanguarda na política. Os nobres rurais no país Basco, que perderam *status* face ao rápido desenvolvimento industrial, se opuseram à alta burguesia ligada a Franco. Na Catalunha, a burguesia nunca perdeu o controle sobre os movimentos nacionalistas. Porém, Laitin afirma que nessa explicação a variável independente (os grupos sociais que lideram os movimentos nacionalistas) e a variável dependente (o nível de violência no plano estratégico para completar seus programas) são obscuras.

O autor analisou também algumas pesquisas de opinião pública que procuraram ajudar na compreensão das diferenças entre os níveis de violência nos dois movimentos nacionalistas, por meio da estrutura das opiniões e crenças populares. A grande virtude dessa pesquisa talvez seja, de acordo com Laitin, o poder de desconstruir padrões de explicação da ciência política.

A primeira pesquisa é sobre a ideologia racista. Algumas pesquisas consideram o nacionalismo basco mais racista, excludente e intolerante que o catalão. No entanto, outra pesquisa revela que os bascos são mais propensos a

incluir como nacionais qualquer um que viva e trabalhe na região basca. Portanto, com essas pesquisas seria possível encontrar uma afinidade tanto para a violência quanto para a paz em ambas as regiões.

Outra pesquisa citada por Laitin é sobre a participação dos indivíduos em diferentes grupos sociais. Quando as pessoas estão ligadas através de diferentes grupos sociais elas tendem a desenvolver uma visão política moderada e adotar compromissos democráticos. Os bascos têm maior nível de transversalidade em seus padrões de ocupação que os catalães. No entanto, a polarização de uma dessas ocupações – região – é que explica o nível de violência no país Basco.

A terceira pesquisa citada por Laitin é a questão do poder simbólico das instituições culturais. Uma grande porcentagem dos catalães que utiliza a língua catalã é militante regionalista. A porcentagem de Bascos que utiliza a língua espanhola é maior. Se a onipresença de uma instituição cultural como a língua facilita a ação coletiva, deveríamos esperar que o movimento catalão fosse mais militante.

Por fim, Laitin analisa o estudo dos antropólogos que também buscaram explicações para violência no país Basco. Segundo esses estudiosos, os jovens encontram apelo emocional quando se juntam a um movimento que os exige assassinar pessoas que eles sempre conheceram, mas que se tornaram informantes da polícia espanhola. Para esses jovens o ETA é uma organização que os ajudaria a se realizarem como homens e cidadãos. Enquanto os estudiosos providenciam uma causa social para esse apelo de se juntar ao ETA, o contexto cultural também é observado. Os bascos não se renderam às atrações da modernidade urbana da

Espanha e se opuseram ao centralismo espanhol. Porém, esse fato não pode explicar os séculos de assimilação dos bascos à vida política e cultural da Espanha.

Laitin conclui, então, que as pesquisas acima ajudaram a eliminar as teorias amplamente aceitas para explicar as diferenças entre as estratégias de ação do país Basco e da Catalunha. No entanto, as atitudes identificadas produzem sinais ambíguos e são mais uma resposta do que explicações aos eventos ocorridos e, portanto, não conseguem explicar adequadamente as diferentes consequências dos movimentos.

Com essa conclusão Laitin reconhece algum mérito nos estudos acima e se baseia neles para formular três proposições microfundamentadas que tentam melhor explicar o uso da violência no curso dos movimentos nacionalistas regionais. Para verificar se suas proposições explicam essa relação ele as aplica aos movimentos do país Basco e Catalunha e, posteriormente, para confirmar a consistência da teoria desenvolvida, ele a aplica aos movimentos da Ucrânia e Geórgia.

Para desenvolver essa teoria, o teórico é incumbido de providenciar uma história plausível do porquê muitos indivíduos se arriscariam em um combate armado para conquistar resultados incertos, que serão compartilhados igualmente por aqueles que ingressaram no combate e por aqueles que não ingressaram. Por isso, a microteoria é necessariamente orientada para a explicação do recrutamento bem sucedido de combatentes armados em uma luta nacionalista. As microcondições encontradas por Laitin para explicar o nacionalismo violento são:

(1) Estrutura social rural densa. A proposição inicial de Laitin é que uma condição necessária para a ação da guerrilha nacionalista contra a autoridade do Estado é a formação daquela dentro de uma sociedade rural composta por grupos

sociais locais. Ele chega a essa conclusão analisando três tipos ideais de sociedade rural: (a) Uma em que há forte presença do partido nacionalista. A presença do partido facilita a existência de uma negociação com o Estado e impede que haja um conflito direto com ele devido à baixa probabilidade de o seu exército ser vencido pelo movimento. (b) Outra sociedade em que o trabalho rural é compartilhado entre os grupos. Laitin afirma que é imprudente para uma guerrilha agir em grupos de trabalhadores rurais solidários, pois eles estarão fugindo de suas atribuições econômicas e o Estado logo perceberá a ação do movimento. (c) Por último, uma sociedade em que há forte presença de grupos sociais locais. Para o autor, esta é a sociedade mais apropriada para a ação guerrilheira, pois grupos sociais têm normas de honra. Se o líder decide promover uma guerrilha nacionalista, seus membros o seguirão para não serem desonrados ao traí-lo ou sofrerem pressão social. Além disso, a maioria dos grupos sociais tem uma lista com os nomes dos membros que é muito confidencial. Dessa forma, a identificação dos membros por outros grupos, ou mesmo pelo Estado, se torna mais difícil.

(2) Explicando os incentivos à violência: os “fenômenos de virada” no recrutamento político. Laitin utiliza a questão da escolha linguística para explicar esse “fenômeno de virada”. O autor afirma que o renascimento nacional requer que as pessoas que utilizam principalmente a língua do Estado comecem a se preparar para utilizar a língua regional. No entanto, isso é um investimento caro. Cada pessoa da região precisa calcular o retorno e os benefícios por optarem pela língua regional, baseando-se na probabilidade de outros fazerem a mesma escolha. O cálculo de tal investimento deve ser baseado em: (a) retornos econômicos por aprender a língua regional; (b) ganho ou perda de *status* na sociedade por aprender a língua regional;

(c) mudanças em a e b baseadas na porcentagem de cidadãos na região que já investiram na língua regional como a língua da futura nação.

Quanto mais pessoas aderirem à língua regional, mais os benefícios crescerão para atender a demanda, ou seja, terão mais suporte institucional em escolas, no trabalho etc. A crescente adesão à língua regional gera o “fenômeno da virada”, no qual os benefícios para quem optou pela língua regional se tornam maiores que os benefícios para quem ainda é monolíngue na língua do Estado.

Porém, no início do movimento os benefícios gerados pela língua do Estado são muito maiores que os benefícios gerados pela língua local. A hipótese de Laitin baseia-se em que quanto maior for essa diferença, será mais difícil convencer as pessoas a investirem no futuro da língua local. Para mudar esse quadro mais facilmente, os nacionalistas optarão pelo terrorismo como tática para aumentar os custos de aceitar o *status quo* linguístico. Dessa forma, os líderes nacionalistas utilizam o terror para forçar a população a aderir a língua local.

(3) Mecanismos de sustentação. A proposição básica de Laitin é que a violência continua em apenas um subconjunto de casos, no qual as condições necessárias existem, bem como existem fortes incentivos para usá-la. Quando a violência começa ela é sustentada, de acordo com Laitin, por três fatores: (a) A população local percebe as vitórias táticas, mas não percebe as perdas estratégicas; (b) O custo de deixar a organização terrorista é alto e (c) Uma cultura de violência se torna institucionalizada.

Os movimentos nacionalistas ativos em regiões onde há um Estado estabelecido enfrentam, invariavelmente, a força da polícia e o exército do Estado, que são muito mais institucionalizados e têm maior acesso ao poder de fogo.

Nessas condições, Laitin afirma que seria irracional para qualquer pessoa fazer parte de um exército prestes a ser derrotado. Por isso, o comando desses grupos utiliza eventos aleatórios para que o movimento passe a ser visto como vitorioso. Laitin cita como exemplo desses eventos o assassinato de algum líder político do centro, que faz com que as crenças do grupo sejam reavivadas. O autor afirma ainda que quando novos recrutas integram a organização militar ilegal e cometem atos criminosos é extremamente difícil, por razões psicológicas e de segurança, que eles retornem à consciência política. Os fatores acima levam a um ciclo de ação-represália-ação criando o que Laitin chama de cultura de violência, na qual as pessoas passam a vê-la como parte da vida.

Identificados os microfundamentos, Laitin os aplica aos movimentos do País Basco e Catalunha e verifica que suas proposições são confirmadas.

(1) Estrutura social rural densa. O autor identifica que a estrutura social do movimento do País Basco é baseada em pequenas vilas. Inicialmente os membros do ETA faziam parte da classe média e da classe dos intelectuais urbanos. O programa terrorista do grupo, no entanto, passou a ser comandado por recrutas de grupos de pequenas e médias cidades compostos por trabalhadores semiqualeificados. Esses recrutas eram membros de grupos sociais que criavam uma cultura de honra, não admitindo que seus membros se tornassem informantes da polícia.

O país Basco era forte em grupos sociais locais, porém, fraco nas organizações partidárias locais ligadas às instituições políticas da Espanha. Já os estudos sobre a Catalunha enfatizam a presença de grupos ligados a partidos

políticos nacionais. Os partidos políticos são mais propensos a negociações que a lutas. Isso ajuda a explicar o baixo nível de violência nacionalista na Catalunha.

(2) Os incentivos à violência: os “fenômenos de virada” no recrutamento político. Ao contrário do país Basco, cuja liderança republicana rompeu-se em grupos separados em meio à guerra civil, a Catalunha teve um governo local operando com sucesso, mesmo com seu presidente no exílio. Para Laitin o que explica a relação entre elite dividida e violência, e elite unida e negociação é o “fenômeno da virada”.

O nacionalismo radical ganhou uma pequena, mas significativa porcentagem da população basca, mas a grande maioria, embora simpática à causa de libertação nacional, não cortou seus laços com a Espanha. A dificuldade em recrutar pessoas para o movimento levou os líderes a tomarem atitudes violentas para aumentar os custos de permanecer na cultura espanhola.

O ETA promovia a língua basca como a língua principal para a vida diária na região, educação e administração. Porém, para muitos bascos, bem como para os imigrantes, aprender a língua local seria um grande fardo com recompensas incertas. No entanto, na Catalunha a língua local foi a língua da ciência e da literatura por séculos. Além disso, os imigrantes de língua castelhana podem aprendê-la facilmente.

Quando a adoção da língua local se tornou irracional no país Basco, devido aos paupérrimos benefícios que oferecia, os radicais passaram a intimidar aqueles que recusavam adotá-la utilizando de sequestros e cobrança de taxas revolucionárias, por exemplo. Para Laitin, essa microexplicação ligada à situação

macrossociológica das elites, fornece uma história coerente do porquê a violência no país Basco tornou-se viável.

(3) Mecanismos de sustentação. Para ilustrar a proposição dos mecanismos de sustentação no país Basco o autor analisa o ETA, grupo que surgiu em 1959 formado por jovens frustrados com a passividade das gerações passadas.

Em 1965 esse grupo adotou uma teoria de mudança revolucionária: envolver o Estado em um espiral de ação-represália-ação, que serviria aos propósitos nacionalistas, ao passo que incorporaria um número maior de integrantes. O assassinato de um membro do ETA e prisão de outro levou à represália do grupo, que reagiu assassinando um comandante da polícia. O governo decretou estado de exceção em todo país devido às ações de represália do ETA que, por sua vez, passou a atrair novos recrutas. O número de membros do grupo dobrou quando estes assassinaram o primeiro ministro espanhol e aparente herdeiro de Franco.

Com esses eventos o grupo se tornou padrão para muitos jovens bascos de pequenas cidades que desejavam desesperadamente fazer parte da figura nacionalista. Segundo Laitin, o valor de pequenas vitórias regulares foi mais poderoso para o ETA que o grau de progresso rumo ao seu objetivo final. A nuvem de vitórias táticas certamente encobriu qualquer cálculo relativo à probabilidade de uma vida de liberdade na recém-democrática Espanha, instituindo, assim, uma cultura de violência.

Os bascos também policiavam seus desertores e os membros do partido. Ademais, o Ministro do Interior da Espanha desenvolveu em 1980 um programa de

anistia para reintegrar 200 ex-terroristas à sociedade. Porém, os que consideravam a anistia se tornavam sujeitos a ameaças terroristas.

Portanto, Laitin conclui que a violência é sustentada quando aqueles já implicados em atos terroristas temem represálias por desertarem as regras da organização. No entanto, na Catalunha o ciclo de violência nunca entrou em curso, embora as tensões e os debates terroristas fossem similares.

Para reforçar suas conclusões sobre a relação entre violência e nacionalismo Laitin aplica as variáveis identificadas nos casos espanhóis aos movimentos da ex-União Soviética, construindo outra comparação entre Ucrânia e Geórgia. Na Ucrânia o estabelecimento de uma soberania nacionalista de 1989-92 foi pacífico e na Geórgia, que passou por coações e oportunidades similares, houve violência.

Os líderes da Geórgia e Ucrânia tiveram problemas similares em relação ao estabelecimento de um programa nacionalista. Porém, os resultados foram bastante diferentes. Analisando a Geórgia, o autor percebe que as eleições democráticas não levaram a um Estado pacífico, mas sim, a uma insurgência antigoverno. Por outro lado, as eleições democráticas na Ucrânia foram amargamente combatidas, mas o vencedor foi capaz de se estabelecer como autoridade, sem guerras mortíferas.

O grande problema identificado por Laitin nesse par de movimentos foi a questão étnica. Todas as repúblicas da ex-União Soviética eram multiétnicas, mas possuíam um grupo de nacionalidade titular. Na época da União Soviética o centro assegurava proteção aos grupos minoritários. Após o colapso da União as minorias étnicas das recentes repúblicas independentes ficaram sujeitas à vontade dos titulares. Essa situação foi, então, um convite ao conflito.

Na Geórgia alguns grupos clamavam por independência: a Ossétia do Sul, que desejava se unir à Ossétia do Norte e os *Adzharis*, que são etnicamente georgianos, mas possuem religião muçulmana e, portanto, se identificam mais com os Turcos. A cena nacional da Ucrânia é ainda mais complexa. Ela tem 52 milhões de pessoas e 110 nacionalidades. Além do desejo de independência de algumas etnias, havia também a divisão religiosa entre os ucranianos e os russos, com batalhas sobre o direito de propriedade.

Laitin chama a atenção para um fato notável nesse período pós-soviético. Enquanto ambas as repúblicas estavam alastradas por aversões nacionais, culturais e religiosas, potenciais programas foram marginalizados na Ucrânia, enquanto na Geórgia as aversões nacionais foram a base para o terrorismo e a guerra.

Na Ucrânia, apesar de a mídia Russa instigar o ódio nacional, os nacionalistas ucranianos foram assíduos em se policiar contra os próprios instintos violentos. O partido nacional pregava a defesa das várias nacionalidades, desejando uma união e igualdade perante a lei. Não permitiam perseguição e evitavam atitudes que pudessem levar ao conflito. Apesar do temor de conflitos religiosos violentos, a maioria foi resolvida pacificamente.

Sobre a violência eleitoral Laitin nota que na Ucrânia mais de 100 candidatos concorreram à presidência, dos quais pelo menos quatro eram fortes pretendentes. As eleições presidenciais foram realizadas com sucesso onde a coalizão nacionalista perdeu e os antigos comunistas ganharam. Na Geórgia, no entanto, a política eleitoral foi conduzida em uma atmosfera de campos armados. Um candidato nacionalista foi assassinado, bem como foram assassinados vários civis durante a campanha.

Em relação aos grupos nacionalistas da Geórgia, a região autônoma da Ossétia do Sul foi o cenário do precoce derramamento de sangue. As autoridades georgianas proibiram eleições de candidatos que pregassem qualquer forma de secessão. Esse ato retirou os nacionalistas ossetianos do jogo democrático. Os ossetianos apelaram, então, para Moscou pelo direito de lançarem candidatos e de se protegerem contra a ameaça de que a língua georgiana seria a única língua oficial da república. Os nacionalistas ossetianos começaram a aterrorizar as vilas georgianas e estas responderam lançando mísseis. A violência em *Abkhazia* também prosseguia. Uma cultura de violência estava emergindo na Geórgia pós-soviética.

(1) Estrutura social rural densa. Aplicando a primeira proposição Laitin verifica que a estrutura social rural na Geórgia parece ter mantido a base para organizações terroristas, enquanto a Ucrânia tem se tornado uma república altamente urbanizada, incentivando a mineração e a indústria. Ele verifica também que a vida nas vilas georgianas ainda é baseada na cultura de honra. Essa cultura de honra encoraja os homens a alcançarem um sucesso econômico pessoal que antes era impossível no contexto do comunismo soviético, e também previne os membros de se tornarem informantes da autoridade central.

O ponto geral dessa análise é que as ações do comando são menos prováveis quando a organização do partido nacional tem maior presença organizacional que grupos sociais locais. Por isso, Laitin conclui que assim como o movimento espanhol pacífico, esse foi o caso da Ucrânia, em que as ações do comando local foram policiadas com sucesso através do crescente partido comunista.

(2) Os incentivos à violência: os “fenômenos de virada” no recrutamento político. A proposição do “fenômeno de virada” também se verifica nesses dois casos soviéticos. Segundo Laitin, na Ucrânia de 1927 70% dos negócios do governo eram conduzidos na língua ucraniana, mais da metade dos livros eram publicados na língua local e 55% dos jornais republicanos estavam em ucraniano. Essas mudanças estabeleceram a base para “ucranização” da cultura na era pós-Stalin, quando a língua ucraniana tornou-se presente na vida cultural. Por isso, afirma Laitin, os custos de “ucranização” da sociedade não foram tão assustadores.

No caso da Geórgia, ela prosperou no período soviético como a língua da administração, educação e cultura. No entanto, os custos para aceitar a hegemonia cultural da Geórgia foram mais altos para uma variedade de grupos do que foi para grupos semelhantes aceitar a hegemonia ucraniana.

(3) Mecanismos de sustentação. Analisando os mecanismos de sustentação o autor afirma que a Geórgia experimentou alguns episódios que serviram de força desencadeante para o estabelecimento de uma cultura de violência. Em uma vigília ao monumento de Stalin, por exemplo, o exército soviético atacou assassinando dezenas de jovens e ferindo centenas. Em uma pacífica demonstração pró-democrática em Tbilisi (1989) as tropas soviéticas assassinaram dezenove pessoas, a maioria mulheres idosas e adolescentes. Dessa forma, conclui Laitin, as tropas soviéticas foram rotineiramente chamadas de “exército de ocupação” nos discursos políticos georgianos.

Diante da análise microfundamentada dos casos acima, Laitin conclui que suas proposições se verificam em ambos os pares de movimentos estudados. A pesquisa revela mecanismos similares nos dois casos de violência e a aparente

ausência desses mecanismos nos casos pacíficos. Portanto, a confirmação dessa teoria nos quatro casos estudados revela certa consistência que permite a sua utilização na análise de outros movimentos.

1.3 Aplicabilidade do modelo teórico de Laitin

Conhecendo a teoria de Laitin, verifica-se que o autor trata de movimentos que lutam por uma nova delimitação das fronteiras de um Estado e nação: os nacionalistas independentistas (como no País Basco, Catalunha e Ucrânia) e os separatistas (como na Geórgia). Sabe-se, no entanto, que as FARC não são e nunca foram um movimento nacionalista desse tipo. Como veremos no capítulo seguinte, esse grupo surgiu como uma reação dos camponeses à política agrária colombiana, que era favorável aos latifundiários. Ele tinha por objetivo tomar o governo colombiano e promover políticas em favor do povo. Segundo o Programa Agrário dos guerrilheiros das FARC, escrito em 20 de julho de 1964:

[...] as FARC se constituem como uma organização político-militar que recorre às bandeiras bolivarianas e às tradições libertarias de nosso povo, para lutar pelo poder e levar a Colômbia ao exercício pleno de sua soberania nacional e a fazer vigente a soberania popular. Lutamos pelo estabelecimento de um regime que garanta a paz com justiça social, o respeito aos Direitos Humanos e um desenvolvimento econômico com bem-estar para todos que vivem na Colômbia.

Nesse sentido, apesar de as FARC não serem comumente consideradas um movimento nacionalista, devido à própria definição do termo e à evolução do movimento, há uma passagem no *Dicionário de Política* organizado por Bobbio (1992) que nos permite associar as FARC a um tipo diferente de nacionalismo. Lúcio

Levi, em seu verbete sobre nacionalismo, reflete sobre a evolução desse termo e faz a seguinte afirmação:

O nacionalismo transformou-se em ideologia reacionária, assumindo cada vez mais conotações militaristas e agressivas em política externa; e antiparlamentaristas e antidemocráticas em política interna. Em toda parte o movimento nacionalista caracterizou-se como oposição direta aos governos democráticos, acusados de incapacidade para garantir segurança, dignidade e o poderio nacional num mundo de Estados hostis e agressivos, bem como para proporcionar garantias de unidade nacional, necessária esta para fazer frente às pressões externas, neutralizando os conflitos sociais e a dialética democrática.

Com essa definição de Levi, percebe-se que o nacionalismo, desde seu surgimento até os dias atuais, tem sido associado a diferentes conceitos e utilizado para fins diversos. Considerando o nacionalismo uma tentativa de união coletiva, ele também pode se subordinar ao seu oposto, sendo instrumento de manipulação política e social para interesses individuais.

Essa discussão deixa claro que as FARC não são um movimento nacionalista de independência, mas que esse grupo tinha, inicialmente, ideais que se aproximavam a um nacionalismo diferente. As descrições feitas pelo Programa Agrário e por Levi, mostram como é possível associar as FARC às novas características do nacionalismo. Dessa maneira, partindo do pressuposto de que, inicialmente, as FARC possuíam características que a aproximavam a um nacionalismo distinto do independentista, veja-se como a teoria de Laitin será aplicada.

Vários estudos desenvolvidos sobre as FARC também analisam a questão do uso da violência por meio de explicações macrosociológicas. Essas explicações serão abordadas no terceiro capítulo para que se tenha conhecimento das causas

comumente identificadas para os altos níveis de violência guerrilheira. Semelhante ao modelo de Laitin, essa análise será feita de forma a identificar as explicações mais comuns e analisar o poder de explicação de cada uma delas.

Posteriormente, para identificar os fatores presentes no próprio movimento que explicam seu caráter violento, analisar-se-á historicamente o movimento das FARC (com base nos documentos primários do movimento e outras bibliografias) a partir das proposições microfundamentadas de Laitin.

Há, no entanto, certa fraqueza na condução desse estudo, na medida em que o método comparativo não será utilizado, pois apenas um caso será analisado. A vantagem do método comparativo é que se pode controlar as variáveis de forma a verificar se é possível fazer generalizações para diferentes casos (SARTORI, 1994), como fez Laitin. Dessa forma, o estudo torna-se mais consistente.

Portanto, para fortalecer o estudo em questão será utilizada a generalização analítica do método estudo de caso. Yin (1989) ressalta que a generalização proporcionada pelo estudo de caso único se constitui em conjecturas teóricas, ou seja, modelos, e não conjecturas sobre populações (generalizações estatísticas). Entende-se, dessa forma, que é possível tecer generalizações mais amplas a partir da teoria escolhida para interpretar as relações existentes, posto que o objetivo seja ampliar e generalizar teorias, realizando uma generalização analítica. É isso que se pretende fazer neste estudo. Utilizando as proposições de Laitin, far-se-á um estudo de caso das FARC, que poderá ampliar o poder de explicação desse modelo sobre a violência nos movimentos nacionalistas.

2 ANALISANDO O SURGIMENTO DAS FARC

2.1 Introdução

Antes de verificar a presença das causas macro e microfundamentadas para o uso da violência nas FARC é necessário que se conheça a história do surgimento desse movimento e que se entenda quais foram seus princípios e objetivos. Ver-se-á que no início o movimento lutava por melhores condições sociais, defendendo os trabalhadores rurais e demonstrando características que evocavam uma imagem de nacionalismo. Posteriormente, há o envolvimento com o narcotráfico e os objetivos iniciais se perdem.

Para entender melhor essa evolução e seus motivos far-se-á uma exposição dos antecedentes da guerrilha, passando pelo seu surgimento, desenvolvimento até chegar aos dias atuais, quando o grupo deixa de ser considerado um movimento revolucionário e passa a ser classificado como terrorista por grande parte da sociedade internacional.

2.2 Origem das FARC

A origem das FARC está ligada à histórica disputa entre os partidos tradicionais da Colômbia: o partido conservador e o partido liberal. O partido conservador foi o primeiro a se formar em 1848, defendendo um modelo de Estado centralizado e com fortes laços com a Igreja católica. Tradicionalmente favoreceu os interesses da aristocracia e defendeu uma produção agrária de base feudal, bem como o protecionismo econômico em oposição ao industrialismo progressista. Além disso, tinha a natureza divina como fonte do conhecimento e do poder. O partido liberal foi fundado em 1849 com uma orientação ideológica distinta, ligada a muitos elementos doutrinários da modernidade. O partido Liberal era favorável ao livre comércio, ao desenvolvimento do capital mercantil, ao federalismo e à laicização do

Estado – sem, no entanto, atacar as crenças religiosas que os próprios seguidores do partido compartilhavam.

O partido conservador dominou o poder político da Colômbia de 1886 a 1930, quando a divisão deste em duas candidaturas permitiu a subida ao poder dos liberais. Esse fato levou ao surgimento de vários conflitos no país. Segundo Lopes (2006, p.35):

Depois de décadas de governo conservador, funcionários liberais nomeados em inúmeras regiões (principalmente Antioquia, Cudinamarca, Caldas e Tolima) foram recebidos com violência sob acusações de estarem desenvolvendo atividades de repressão e vingança. Militantes conservadores afirmaram posteriormente que dez mil pessoas foram mortas pelas medidas repressivas dos liberais.

Os liberais iniciaram reformas modernizadoras nas esferas política, econômica e social. Essas reformas encontraram forte oposição dos membros do partido conservador, o que acentuou ainda mais a atmosfera de divisão existente no conjunto da sociedade.

Em 1948 ocorreu o assassinato do candidato liberal à presidência, Jorge Eliécer Gaitán, nas ruas de Bogotá. Seu discurso concentrava-se na crítica à distribuição desigual de renda e à concentração do poder político nas mãos de uma pequena oligarquia. Membros do partido conservador foram acusados do assassinato, o que levou ao estopim da disputa. A violência oficial generalizou-se em todo o país: as organizações trabalhistas e populares foram praticamente aniquiladas e os massacres nas populações de influência liberal e comunista multiplicaram-se. Esse período ficou conhecido como *La Violencia* e durou até 1964, sendo que sua maior força destrutiva se deu entre 1948 e 1953, deixando mais de duzentos mil mortos. (PARDO, 2006). Houve uma enorme manifestação em Bogotá

(conhecida como *Bogotazo*) em protesto à morte de Gaitán, que foi violentamente reprimida pelo Exército, a mando do governo conservador.

Neste período, houve intensa repressão por parte do governo a fim de controlar os conflitos, o que fez com que a população se unisse para defender seus interesses, constituindo-se em quadrilhas representadas pelos partidos conservador e liberal. Desde então, o grau de violência na Colômbia não apresentou mais os níveis comuns a outros Estados latino-americanos. O país esteve imerso numa realidade de caos social e político. As ações violentas do governo para exterminar as quadrilhas levaram ao surgimento de várias outras que foram se espalhando pelo território colombiano. No sul de Tolima, formaram-se duas vertentes: uma liberal, comandada pelos *hermanos "Loaiza"*, José María Oviedo (*Mariachi*); e outra comunista liderada por Isauro Yosa (*Mayor Lister*) e Jacobo Prías Alape (*Charro Negro*), na qual combatia o comandante-chefe Manuel Marulanda Vélez (*Tirofijo*). (FARC-EP, 1994).



Figura 1 - DEPARTAMENTOS COLÔMBIA

Fonte: http://educasitios.educ.ar/grupo1001/files/Mapa_colombia.jpg

No início de 1955 o ditador colombiano, Rojas Pinilla, que assumiu o poder após um golpe de Estado em 1953, na tentativa de combater as quadrilhas, declara a região de Sumapaz e oriente de Tolima como sendo “zona de operações militares”. Dessa forma inicia-se a “Guerra de Villarrica” (município do departamento de Tolima). Entretanto, Manuel Marulanda Vélez e Ciro Trujillo Castaño não desistem e mantêm no sul de Tolima e Terra Adentro (Cauca) outra frente de luta. A

ofensiva do Exército colombiano ao grupo de Villarrica piorou ainda mais a situação do conflito. A resistência dos guerrilheiros se prolongou por cerca de três anos, nos quais a população agrária fundou os comandos de Guayabero e El Pato, que se uniram aos de Río Chiquito, Símbula e Marquetalia. Esses comandos formaram guerrilhas móveis, dirigidas por Jacobo Prías e Manuel Marulanda Vélez, que mais tarde foram declaradas como repúblicas independentes. Esses grupos, com maior apoio e ideais forjados pelo Partido Comunista, são reconhecidos, segundo Palacios e Safford (2004), como as raízes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

Porém, para autores como Rodrigues (2001), o governo colombiano teria inventado essas repúblicas comunistas independentes, pois, para o autor, Marquetalia teria se constituído em uma guerrilha deficiente em meios, mal equipada, formada por famílias de camponeses unidos para se defender de grupos de ladrões e da própria violência do Exército colombiano. Uma passagem no próprio site das FARC (FARC-EP, 2003) confirma essa visão afirmando que:

Na verdade o que existia por trás dessas pretendidas “Repúblicas Independentes” era um movimento agrário de autodefesa, o qual vinha se formando após um longo processo de colonização nas zonas de Marquetalia, Riochiquito, El Pato e Guayabero. Essas zonas agrárias contavam com uma estrutura organizativa própria, com formas de autogestão mantendo seu caráter defensivo armado.

Com a queda da ditadura militar no país, houve uma tentativa de apaziguamento através da instauração da política da Frente Nacional em 1958. Essa Frente representaria os dois partidos no poder, dispersando as quadrilhas numa tentativa de reabilitação e reincorporação dos guerrilheiros à vida civil.

Em resposta a essa política os guerrilheiros de Sumapaz suspenderam suas ações militares, no entanto, sem entregar suas armas e conservaram suas estruturas organizativas baseadas em comitês de autodefesa. Essa tentativa de pacificação também não funcionou. Começaram a ocorrer vários assassinatos a dirigentes agrários. A partir desse momento, os grupos armados intensificaram as ameaças contra a população camponesa. Essa situação conduziu ao incremento da violência nessa região e a adoção, por parte dos camponeses, de medidas de segurança e defesa militar, de tal modo que nos anos seguintes apresentaram-se alguns enfrentamentos armados nas populações de Gaitania e Planadas. Dessa forma, Palacios e Safford (2004) afirmam que “a quadrilha se transformou em guerrilhas revolucionárias com um projeto mais social que político, mais popular que oligárquico e mais socialista que liberal.”.

O assassinato de Jacobo Prías, chefe do movimento agrário comunista, em janeiro de 1960, intensificou a ação das guerrilhas. A presença norte-americana também se intensificou com esse fato, pois em plena Guerra Fria, os Estados Unidos acreditavam que o sucesso de um movimento comunista, por menor que fosse, deveria ser eliminado para que o exemplo não se propagasse a outros países.

O caos em que se encontrava a Colômbia devido a essa disputa entre governo e guerrilhas levou a mais uma tentativa de restabelecer a ordem no país, que, dessa vez, seria o marco para o surgimento das FARC. O governo colombiano comandou a chamada “Operação Marquetalia”, que fazia parte do Plano LASO (*Latin American Security Operation*), financiado pelos Estados Unidos a fim de combater o comunismo na América Latina. Esse plano consistia na execução concreta dos programas de ajuda militar para a América Latina, enquadrados na

nova estratégia militar dos Estados Unidos nos anos sessenta. Essa estratégia é conhecida como “Doutrina da Segurança Nacional”, difundida pela “Escola das Américas”, com sede no Panamá. (FARC-EP, 1994). A direção desse operativo se instalou em Neiva, onde teve início a mobilização de tropas. A ocupação de Marquetalia iniciou-se com a disponibilidade de 16.000 homens armados e equipados com todos os instrumentos de guerra modernos para cercar a região dos departamentos de Huila, Valle do Cauca, e sul de Tolima. Dessa maneira, o governo poderia estreitar o cerco até conseguir a aniquilação do núcleo camponês. Lopes (2006, p.38) classifica o ataque a Marquetalia como:

[...]o mito fundacional das FARC, em que o governo, por meio de um ato de covardia, obrigava os camponeses a pegar novamente suas armas e organizar uma nova guerrilha para ter mais chances de se defender contra as injustiças impostas por um governo violento e desonesto.

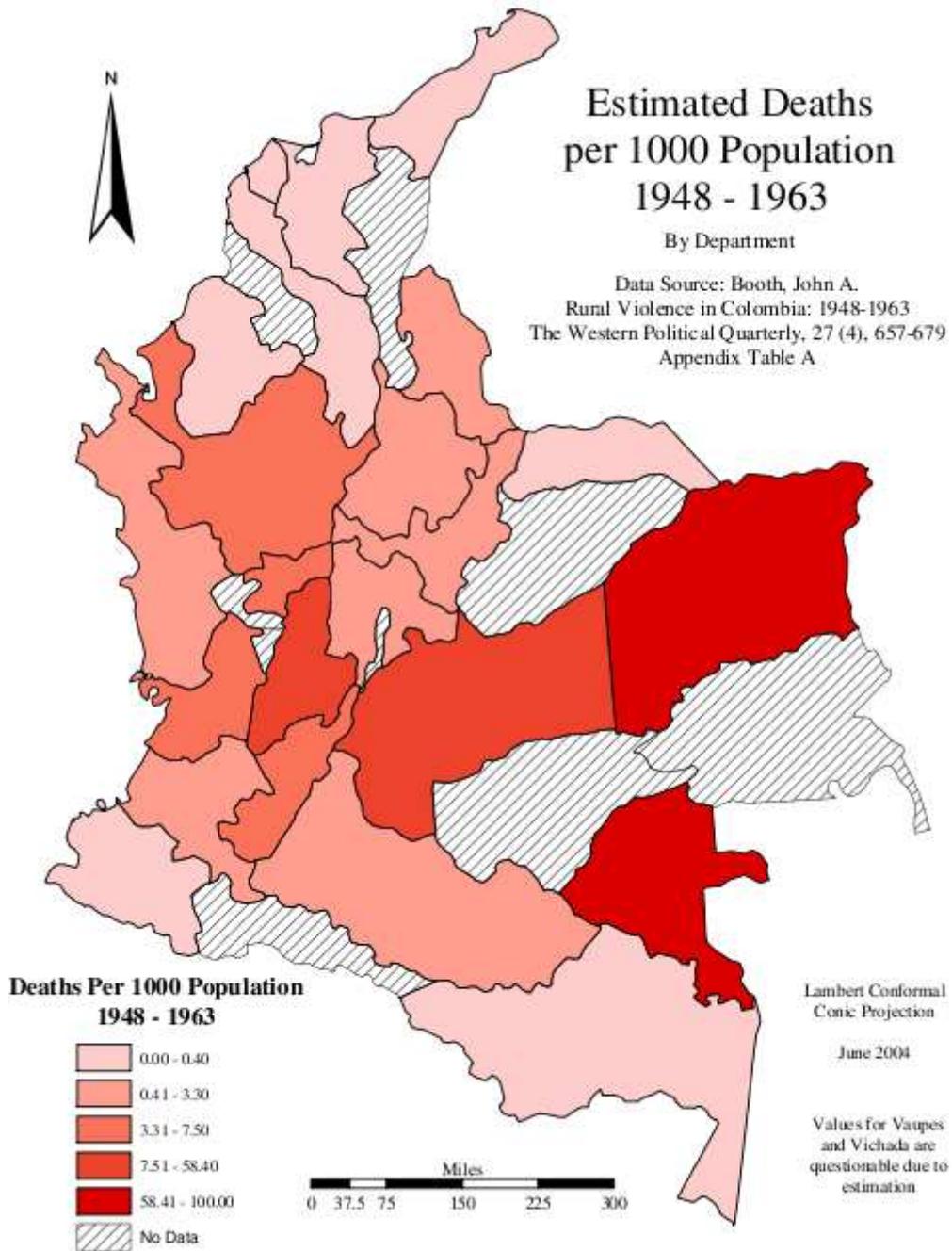


Figura 2 - MORTES NA COLÔMBIA ENTRE 1948-1963

Fonte: <http://usregsec.sdsu.edu/docs/holmes3.pdf>

O governo colombiano resolveu declarar guerra oficialmente. Em seguida, autorizou os altos comandos militares a ocuparem a região de Marquetalia, Riochiquito e El Pato, eliminando todos os habitantes que não concordassem com a política oficial. Dessa forma, em El Dorado, próximo a Planadas, fuzilaram centenas de camponeses acusados de banditismo. A operação militar estava calculada para três semanas, mas transformou-se em uma longa guerra entre governo e guerrilha.

Assim que tiveram conhecimento da iminência do operativo, os núcleos armados prepararam sua resposta. Evacuaram para a selva mulheres, crianças, idosos e, em geral, as famílias de camponeses que não estavam em condições de combater. Enquanto isso, 48 pessoas (homens e mulheres) permaneceram na região e se reorganizaram em guerrilhas móveis.

A partir desse episódio as guerrilhas começam a se desenvolver. Em 20 de julho de 1964, os combatentes de Marquetalia traçaram, em uma Assembléia, as primeiras linhas táticas e estratégicas de guerrilhas móveis. Formularam planos concretos para continuar a luta na área e começar o crescimento. Ao mesmo tempo, a Assembléia aprovou o “Programa Agrário das Guerrilhas”, que com o tempo se converteria no programa agrário do movimento. Nesse programa, defende-se a luta por uma reforma agrária revolucionária que liquide as bases da propriedade latifundiária e entregue a terra ao camponês, garantindo as condições para sua exploração econômica. Também era defendida a necessidade de forjar uma frente única de todas as forças democráticas, progressistas e revolucionárias do país para a realização das mudanças democráticas.

Uma vez conseguida a conquista de Marquetalia pelo exército colombiano, as ações militares se dirigiram contra Riochiquito e El Pato. Entretanto, os núcleos

camponeses que resistiram à agressão dispersaram-se em pequenos grupos de guerrilhas móveis a outras regiões com tradição de luta e organização agrária.

A realização de conferências foi a forma que as guerrilhas encontraram para debaterem seus objetivos e se fortalecerem. No final de 1965 foi convocada a Primeira Conferência Guerrilheira, na qual se fez um balanço das ações cumpridas e foram determinados os planos de ação militar, política, de organização, educação e propaganda. Nessa Conferência, fixou-se como objetivo prioritário a subsistência do movimento, que passou a se denominar *Bloque Sur* (por estar localizado no sul de Tolima, na confluência do departamento de Huila, Valle e Cauca). A esse movimento integraram-se os destacamentos guerrilheiros de Riochiquito, Natagaima (“26 de setembro”), El Pato, Guayabero e Marquetalia, sob uma direção conjunta.

Foi somente na Segunda Conferência Guerrilheira, realizada em abril de 1966, que o Bloco Sul se transformou em Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), defendendo a necessidade tática de expandir a ação de guerra de guerrilhas móveis a outras áreas do país. Formam-se, assim, seis núcleos guerrilheiros comandados por Manuel Marulanda Vélez e Jacobo Arenas, Rigoberto Lozada (Joselo), Carmelo López, Rogelio Díaz, José de Jesús Rivas (Cartagena) e Ciro Trujillo. Este último – segundo no comando do movimento – concentrou todas as forças guerrilheiras – salvo as de Marulanda e Joselo – no Quindia, onde foram detectadas pelo exército colombiano que lhes infringiu um duro golpe, do qual somente se recuperariam em 1974.

A partir desse momento e até a realização da Quinta Conferência em 1974, o movimento vive um processo de crescimento lento, mas contínuo. Configurando-

se, antes de tudo, como uma força política local, mas articulada a um projeto político de alcance nacional.

Ao despontar a década de 1980, em um ambiente favorecido pela ascensão das forças revolucionárias na América Central, o movimento que, até então, havia se mostrado uma sólida organização guerrilheira, com uma estratégia política e militar rumo a tomada do poder, declara em sua Sétima Conferência (maio de 1982) sua decisão de converter-se em Exército do Povo (FARC-EP). Isso significava um profundo repensar da sua ação militar. Pela primeira vez, desde que a guerrilha revolucionária surgiu em Marquetalia, a Sétima Conferência deu ao movimento uma clara concepção operacional e estratégica para um exército revolucionário, o que marcou um reajuste de todos os seus mecanismos de direção e comando.

Para compreender na voz das FARC a sua origem, cabe citar uma passagem do documento expedido sob o título *34º Aniversario de las FARC-EP* (FARC-EP, 1998):

Bajo el rugir de los aviones, las explosiones de las bombas y el tableteo de fusiles y ametralladoras, con impresionante despliegue militar, se inicio el 27 de mayo de 1964 la operación MARQUETALIA, para exterminar a 48 campesinos y sus familias, que bajo el mando del Comandante Guerrillero Manuel Marulanda Vélez descuajaban montañas, fundaban fincas, las cultivaban y vendían sus productos en colectivo y se dieron formas y normas de convivencia en lo que, el Estado colombiano, apoyado por el Gobierno Norteamericano ,denomino inacceptables " Repúblicas Independientes "dentro del mismo territorio colombiano y como un peligroso experimento socialista.

Nadie en Marquetalia deseaba la confrontación militar. Fue el Estado colombiano bajo la presión gringa quien desato la guerra e impuso la confrontación armada sumiendo a nuestro país en un inmenso campo de dolor y muertes. Se quería la utilización de la vía menos dolorosa para impulsar los cambios pero como somos revolucionarios que de una manera u otra tenemos que cumplir con nuestro deber nos vimos en la obligación de empuñar las armas. De allí vienen las FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DE COLOMBIA, EJERCITO DEL PUEBLO; FARC-EP [...]

No final da década de 1980, as FARC deixam de estar sujeitas ao partido comunista e se convertem em uma formação guerrilheira independente, que postula e desenvolve sua própria doutrina política e militar e ganham a atenção pública e o *status* de ator político. É nessa época também que a guerrilha encontra no narcotráfico sua forma de financiamento e, com isso, uma oportunidade para se tornar cada vez mais poderosa.

A relação das FARC com o narcotráfico complicou ainda mais a realidade colombiana. Inicialmente, a guerrilha resistiu ao cultivo da droga, por receio de que o produto pudesse enriquecer o camponês e, assim, impedir de se identificar com a luta revolucionária. Entretanto, a liderança guerrilheira percebeu que a repressão ao cultivo da droga poderia significar uma forma de cooperação com as autoridades e, assim, optou por determinar a taxaço do produto – uma forma de extorsão aplicada aos grandes produtores. Dessa forma, muitas frentes guerrilheiras ofereceram proteção às populações e regiões envolvidas na produção e distribuição de cocaína e alcançaram a satisfação de sua base social. Elas garantiam a segurança da população camponesa nas zonas de cultivo e estabeleciam salários mínimos para os coletores da folha de coca e os preços mínimos que os intermediários ou os processadores deveriam pagar aos camponeses pela folha.

Com o advento do narcotráfico, a organização tornou-se cada vez mais auto-suficiente em recursos. Conseqüentemente, ao contrário de muitos movimentos revolucionários esquerdistas da América Latina, as FARC puderam resistir à pressão pela desmobilização. No final dos anos 1980, os recursos financeiros obtidos por meio do sequestro e da extorsão asseguraram a sobrevivência da organização. Nos

anos 1990, as frentes guerrilheiras proliferaram nas regiões produtoras de cocaína no lado leste da cordilheira dos Andes. O avanço sobre regiões economicamente estratégicas e de alta densidade demográfica atingiu, com cinco novas frentes, o departamento de Cundinamarca – bem próximo à capital, Bogotá.

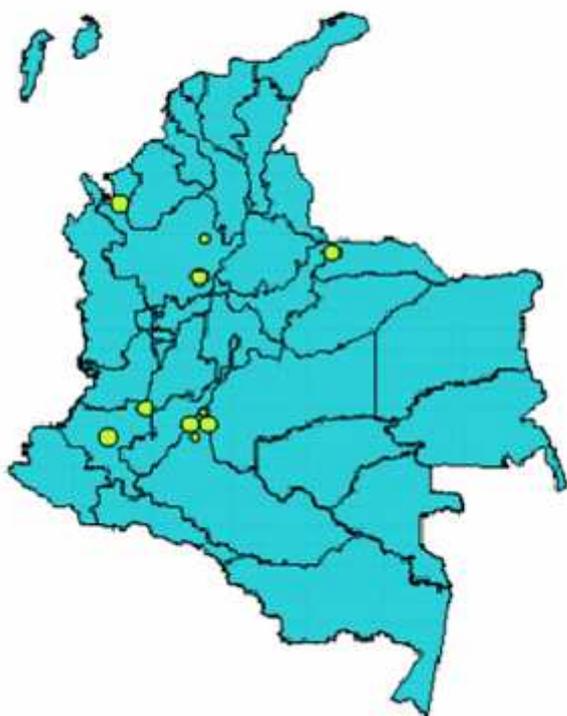


Figura 3 - PRESENÇA FARC 1980

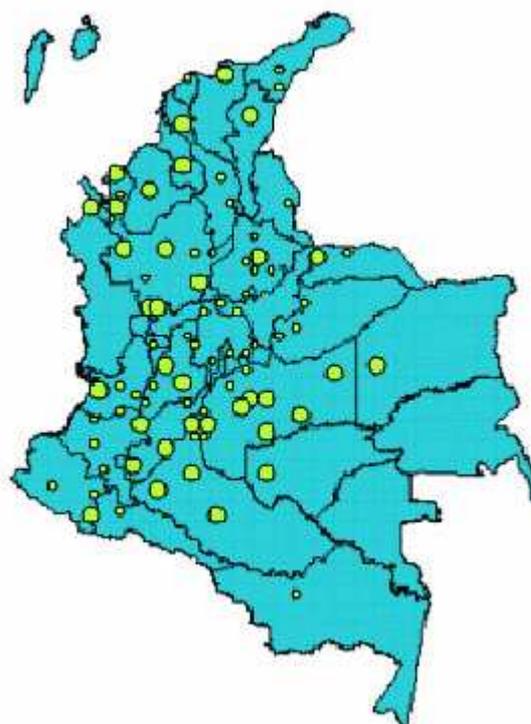


Figura 4 - PRESENÇA FARC 2000

Fonte: http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=509

A ação das guerrilhas tornava-se cada vez mais frequente e violenta, levando a novas tentativas de pacificação. Em 1984, o governo de Belisario Betancourt estabelece um acordo de cessar fogo com a guerrilha, conhecido como *Acuerdos de la Uribe*. Com esse acordo as FARC formam a União Patriótica (UP) para liderar o movimento político. No entanto, essa tentativa de negociação

fracassou devido, em grande parte, a dois elementos: as violações do cessar fogo pelas duas partes, e a violência política dos setores de extrema direita, entre eles líderes políticos locais e vários membros das Forças Armadas, assim como atores de esquerda. A UP, apesar das intenções iniciais de incluí-la dentro da estratégia da “combinação de todas as formas de luta”, contou com a participação de movimentos civis, sindicais e trabalhistas com intenções distintas. Vários dirigentes da UP não estavam de acordo com as ações violentas das FARC e defendiam a via política de negociações, criticando tanto o governo colombiano quanto a guerrilha por não se esforçarem para controlar a situação. A UP continuou insistindo em seguir a via política até seu quase total extermínio, o qual se dá diversas cifras, de 2.000 a 4.000 militantes assassinados ou desaparecidos (MÉXICO DIPLOMÁTICO, 2008).

Na falta de uma ação eficiente do Estado contra as FARC, alguns grupos sociais ameaçados pelos sequestros e pela violência da guerrilha se uniram nas chamadas autodefesas ou grupos paramilitares. Esses grupos eram formados por pecuaristas, proprietários rurais e também recebiam a colaboração direta ou indireta de militares do Exército colombiano. Os Paramilitares foram o último grupo rebelde a aparecer e são o braço armado dos latifundiários e dos grandes barões da droga, como oposição às guerrilhas esquerdistas. Os diversos grupos Paramilitares uniram-se em 1997 num único grupo chamado AUC (Autodefesas Unidas da Colômbia), liderados por Carlos Castaño, e contam nas suas fileiras com mais de 15.000 homens. (CUNHA, 2007).

No início dos anos noventa as FARC tinham entre 7.000 e 10.000 combatentes organizados em 70 frentes distribuídas por todo o país.

Em 1998 houve uma nova tentativa de paz com a guerrilha. O governo de Andrés Pastrana criou a *Zona de Distensión*, uma zona desmilitarizada de aproximadamente 40.000 km². O processo de paz durou entre 1998 e 2002, mas apesar de vários avanços teóricos e documentais, as tensões e polêmicas em torno das negociações não permitiram que o processo fosse concluído. Dessa forma, em 2002 uma coluna móvel das FARC sequestrou o avião que viajava o Senador Jorge Gechem. Esse episódio e os profundos desacordos entre o governo colombiano e a guerrilha em relação ao controle aéreo, terrestre e fluvial da zona desmilitarizada, levaram o governo de Pastrana a terminar as negociações com as FARC. Durante todo esse processo de paz o governo colombiano e as FARC acusaram-se mutuamente de impedir o desenvolvimento normal do processo.

Além da criação dessa Zona, Andrés Pastrana uniu-se aos Estados Unidos, a fim de conseguir recursos financeiros para combater o tráfico de drogas. Essa aproximação, posteriormente, tomaria corpo com a proposta do Plano Colômbia, que, segundo o próprio governo, representaria uma espécie de Plano Marshall de ajuda econômica e social destinado às zonas rurais afetadas pelo conflito. O Plano Colômbia destinava-se a ser, de acordo com o executivo colombiano, um "plano para a paz, prosperidade e fortalecimento do Estado", destinando cerca de 76% de seus recursos provenientes de crédito externo ao investimento social, e o restante direcionado ao combate ao narcotráfico como uma das prioridades do governo. Obviamente, a aplicação do Plano Colômbia mudou o clima das conversações com a guerrilha e abriu uma dura polêmica entre os diferentes setores no interior do país. Nesse sentido, as FARC denunciaram que o plano norte-americano constituía uma

nova forma de intervenção dos EUA nos assuntos internos da Colômbia e agora sob a anuência da classe política e empresarial nacional.

O governo de Álvaro Uribe marcou a intensificação da guerra contra a guerrilha. Ele deu início ao Plano Patriota, defendendo que na Colômbia não existia um conflito armado, mas sim uma ameaça terrorista. Após o 11 de setembro essa mudança de estratégia torna-se explícita, quando o foco do combate às drogas é deslocado do narcotráfico para a guerrilha e grupos paramilitares atuantes na Colômbia. O que possibilitou essa mudança foi que, após os atentados terroristas, o governo de W. Bush deixou de diferenciar ações de grupos guerrilheiros, paramilitares e narcotraficantes na região andina. A guerra às drogas significava também a guerra ao terrorismo. A mudança conceitual levou ao entendimento de que a narcoguerrilha também daria espaço ao narcoterrorismo. A partir de então, tanto Washington quanto Bogotá começaram a pressionar os demais países andinos, assim como o Brasil, para que classificassem grupos como as FARC como terroristas. Com essa iniciativa do governo, as FARC decidem regressar à estratégia de guerra de guerrilhas para conservar sua estrutura, apesar de estarem submetidas a um alto grau de pressão e sofrerem várias deserções e perdas de material logístico. Até o ano de 2002, segundo cifras do governo, o número de combatentes das FARC era de aproximadamente 18.000 e no início de 2005, segundo essas mesmas cifras, entre 12.000 e 13.000. (EJÉRCITO NACIONAL DE COLOMBIA, 2005).

Durante o primeiro período presidencial de Álvaro Uribe não houve contatos sérios sobre acordos de paz entre as FARC e a administração. Posteriormente, continuaram algumas gestões diplomáticas esporádicas em prol da realização de um

acordo humanitário, conhecido também como intercâmbio de prisioneiros entre as FARC e o governo colombiano. No entanto, ainda não houve acordo entre as partes. As FARC ainda resistem com seus milhares de combatentes nas selvas, mantendo centenas de prisioneiros e sendo sustentadas pelo narcotráfico. Enquanto isso, o governo não consegue encontrar soluções para a pacificação no país.

2.3 O que são as FARC? Alguns problemas de cunho conceitual

Tendo conhecimento sobre a origem e evolução das FARC é necessária a explicação de alguns conceitos que são essenciais para a compreensão do estudo em questão. Quando se estuda as FARC percebe-se que existem distintas formas de classificação para esse grupo. Ele é chamado de terrorista, guerrilheiro, insurgente e beligerante. Nesse item, essas definições serão explicadas, não com a intenção de classificar as FARC em algum desses grupos, mas com o intuito de esclarecer as diferenças entre esses conceitos e entender o porquê de todas essas classificações.

O terrorismo é um conceito difícil de ser explicado, pois não há uma definição que tenha aceitação geral. Alguns consideram os terroristas como assassinos impiedosos, outros os chamam de guerreiros da liberdade. No entanto, Feldmann e Perälä (2004) citam dois elementos cruciais que distinguem o terrorismo de outras formas de violência: 1) O terrorismo é propositadamente destinado a pessoas inocentes, incluindo civis e soldados fora de combate (por exemplo, soldados feridos ou doentes); 2) Ele recorre deliberadamente à violência extrema contra os indefesos para produzir uma situação dramática que pode atrair a

publicidade e, assim, cumprir o objetivo de espalhar o terror na população. Dessa forma, os autores definem o terrorismo como ações que buscam, propositalmente, espalhar o terror na população, seja atingindo diretamente os não-combatentes, seja destruindo infra-estruturas que possam afetar a vida e o bem-estar da população em geral.

Ainda segundo os autores acima, existem três segmentos do terrorismo: o insurgente, o revolucionário e o de direita. O terrorismo insurgente refere-se a atos de violência praticados por grupos identificáveis, que atacam o governo e outros alvos por objetivos de curto prazo, visando um descontentamento generalizado do governo. Esse tipo de terrorismo busca iniciar um processo de revolução. O terrorismo revolucionário define ações terroristas que ocorrem durante lutas contra um determinado regime e se desenvolvem como guerrilhas. O terrorismo de direita refere-se a atos praticados por grupos que não procuram uma revolução social, mas que recorrem à violência como forma de expressar e antecipar os seus objetivos políticos.

Uma grande confusão quanto à classificação das FARC está nas definições de terrorismo e guerrilha. Essa distinção é importante porque ao longo da história (não apenas colombiana), as organizações não-governamentais, especialmente as guerrilhas, utilizaram esse tipo de violência para atingir seus objetivos. Feldmann e Perälä (2004) fazem essa distinção e citam uma definição de guerrilha que a caracteriza como um conjunto de táticas militares utilizadas por um grupo minoritário dentro de um Estado ou de uma população indígena, a fim de se opor ao governo ou às forças ocupantes estrangeiras.

A principal diferença que os autores identificam entre terrorismo e guerrilha é a natureza do ato. Estados, grupos financiados pelo Estado, organizações criminosas, guerrilhas e indivíduos, todos praticam atos terroristas. No entanto, o terrorismo consiste em ataques indiscriminados contra não-combatentes para espalhar o terror na população e enfraquecer o poder das autoridades políticas. Em contrapartida, a ação das guerrilhas consiste em táticas de guerra utilizadas pelos grupos mais fracos a fim de causar dano ao seu inimigo.

No *Dicionário de Política* organizado por Bobbio (1992), Fulvio Attinà, em seu verbete sobre guerrilha, afirma que ela é “um tipo de combate caracterizado pelo choque entre formações irregulares de combatentes e um exército regular.” No entanto, seus objetivos são mais políticos que militares. Ela busca a destruição das instituições existentes e a emancipação social e política das populações. Para o autor, a guerrilha é típica dos Estados em que existem profundas injustiças sociais e onde a população está disposta a lutar por uma mudança.

Attinà considera muito importante o apoio da população para o êxito dos movimentos de guerrilha. Esse apoio assume formas diversas: desde o fornecimento de bens e de alimentos, até a assistência aos guerrilheiros feridos; desde a organização de refúgios, até o trabalho como guias; e, finalmente, a recusa em divulgar informações às forças antiguerrilha. Com esse apoio, a guerrilha consegue longa duração no tempo de luta, visando isolar moralmente, fisicamente e politicamente os governantes da população e da comunidade internacional. Para obter apoio da população, a guerrilha pode utilizar-se de uma doutrina política que condene as injustiças sofridas pela população, com o terrorismo, com a

demonstração da superioridade militar da guerrilha sobre as forças regulares, com extensas campanhas de propaganda.

Outra característica das guerrilhas identificada por Attinà é a não concentração de grandes forças por longos períodos, para evitar serem forçadas à defensiva, ou para criar nas forças regulares a impressão de que a guerrilha está em toda parte e em qualquer momento. Com isso, o exército regular é forçado a concentrar-se para limitar-se a atividades apenas defensivas. Enquanto isso, a guerrilha se mostra ofensiva, fazendo com que a população veja o exército do governo como incapaz de manter a ordem.

Attinà também vê o terrorismo como uma das atividades desenvolvidas pelas guerrilhas, e o caracteriza como atos praticados contra pessoas ou grupos diretamente ligados à classe que mantém o poder. Attinà acredita que o terrorismo pode ser praticado com fins punitivos, contra a população de alguma zona ou vila que não queira colaborar com a guerrilha. No entanto, o autor reconhece que esses atos tendem a ser evitados, pois eles podem provocar reações contrárias na população.

As definições para insurgência e beligerância são confusas e não mostram consenso. Marks (2002) afirma que a insurgência é uma campanha política para mobilizar os desafetos e os despossuídos em uma sociedade alternativa.

Ford (2007) também faz um estudo interessante sobre insurgência. Ele cita a definição de insurgência do Dicionário de termos Militares, do Departamento de Defesa norte-americano. Essa definição afirma que a insurgência é “um movimento organizado com o objetivo de derrubar um governo constituído, por meio da subversão e do conflito armado.” Para o autor, pode-se encontrar na raiz dos

movimentos insurgentes o desejo de mudança social e/ou política e, para tanto, os insurgentes utilizam a guerra de guerrilha para alcançar seus objetivos.

Ford acredita que insurgências bem sucedidas possuem pré-requisitos fundamentais. Segundo o Manual de Campanha sobre Táticas de Defesa Interna-Externa, Técnicas e Procedimentos para Forças Especiais, citado pelo autor, esse êxito se deve à existência de populações vulneráveis sob influência de forte liderança e à falta de controle governamental. O apoio ou pelo menos a concordância da população são vistos pelo autor como requisitos básicos para o sucesso da insurgência. Em suas palavras (FORD, 2007, p. 30):

Uma insurgência precisa manter o apoio popular durante seu curso e, mais precisamente, aumentá-lo durante seus estágios finais. No início, os insurgentes precisam de apoio para veicular uma idéia radical, discuti-la e passar da concepção à ação tangível, ou seja, à manifestação física (geralmente militar) do movimento. O apoio precisa ser contínuo na medida em que o governo se mobiliza para defender sua posição de poder e monopólio por meio do uso da força dentro do país.

A definição de Garcia Júnior (2008) contradiz a definição acima. Para ele, a beligerância pode ser definida como a insurreição que assumiu o caráter de guerra civil, na qual os insurretos detêm efetiva ocupação do território estatal com autoridades e forças armadas próprias e organizadas. Já a insurgência, ele classifica como a insurreição, a sublevação, que não tem a envergadura ou as proporções de guerra civil. Na insurgência, os insurretos não detêm efetiva ocupação do território estatal e tampouco possuem autoridades e forças armadas próprias e organizadas.

Mir (2004) segue a mesma linha de Garcia Júnior. Segundo Mir, a insurgência ocorre quando o Estado é incapaz de manter a ordem pública e exercer a autoridade sobre todo o território nacional. Ele acredita que a insurgência seria o estágio anterior à beligerância, e esta última caracterizaria a guerra civil clássica.

Diante de todas essas definições, o que se pode afirmar sobre as FARC é que elas são um grupo guerrilheiro. A definição desse grupo como guerrilha, é a menos questionada na sociedade internacional e entre os estudiosos. Mesmo porque a própria forma de organização do grupo permite que se chegue a essa conclusão, pois ele é formado por grupos móveis que se utiliza de táticas de guerrilha para conquistar seus objetivos.

O maior problema está na classificação política do grupo. Muitos argumentam que as FARC perderam seu ideal político e se tornaram apenas uma organização que se utiliza de atos terroristas e do narcotráfico para sobreviver. Internacionalmente há um apelo por parte dos Estados Unidos e da União Europeia em classificar as FARC como um grupo terrorista. Os países contrários a essa classificação, como a Venezuela, argumentam que é importante que o grupo tenha um reconhecimento político para que as negociações possam avançar. Com base nesse argumento, a Assembléia Nacional venezuelana aprovou um projeto que reconhece formalmente o caráter beligerante dos movimentos insurgentes, como as FARC. Quando um grupo é reconhecido como beligerante, todos os direitos e deveres dos soldados em situação de guerra são resguardados, possibilitando, assim, uma maior abertura para as negociações.

Essas discussões surgiram, no entanto, devido à mudança radical que as FARC sofreram após 1980. Nessa época, o grupo intensificou seus atos violentos ao

mesmo tempo em que passou a se envolver com atos ilícitos, sequestrando pessoas e traficando drogas. Esses fatores, juntamente com a longa duração da luta guerrilheira e o insucesso da mesma, levaram muitos a acreditar que o grupo perdeu seus ideais. Por isso, para efeito desse estudo, não será considerada essa fase atual da guerrilha. O modelo de Laitin será aplicado considerando apenas a fase inicial do grupo, quando, conforme visto no capítulo anterior, as FARC tinham propósitos que se aproximavam a um nacionalismo revolucionário.

3 EXPLICAÇÕES MACROFUNDAMENTADAS PARA OS ALTOS NÍVEIS DE VIOLÊNCIA DAS FARC

3.1 Introdução

Já se sabe que a Colômbia é um país marcado pela constante violência dos diversos grupos guerrilheiros que surgiram desde a década de 1960. Como foi visto no capítulo anterior, soma-se a esses grupos a violência praticada pelo exército colombiano e pelas forças paramilitares de autodefesa.

Analisando a história do país, percebe-se que são diversas as modalidades de violência que fragmentaram a sociedade da Colômbia desde sua constituição. Houve a violência liberal-conservadora, quando da disputa entre esses dois partidos; e a violência revolucionária, que culminou com o surgimento das guerrilhas.

Neste capítulo, serão apresentadas algumas explicações para os altos níveis de violência das FARC a partir de estudos desenvolvidos sobre as guerrilhas na Colômbia, considerando as diversas modalidades de violência pelas quais o país atravessou desde sua independência. Essas diversas violências criaram um cenário propício para o surgimento das guerrilhas na Colômbia, em especial o grupo mais forte atualmente: as FARC.

3.2 A violência das guerrilhas explicada pela formação do Estado colombiano

É difícil encontrar estudos aprofundados sobre a questão do uso da violência especificamente nas FARC. A maioria dos estudos que envolvem esse tema analisa o conflito interno colombiano de forma geral, atribuindo suas causas, principalmente, às paupérrimas condições de formação do Estado colombiano.

Palacios e Safford (2004), por exemplo, afirmam que a Colômbia tem uma história particular no que se refere às guerras civis. Segundo esses autores, desde sua independência da metrópole espanhola, o Estado colombiano formou-se em meio a uma contínua luta armada e sectarismo interno, ainda não resolvido. Eles afirmam ainda que a prática da violência com desígnios políticos marcou a história colombiana desde o derramamento de sangue na guerra de libertação colonial, que forçou a retirada das tropas da Espanha. Essa herança histórica é a fonte, de muitos estudiosos, para a explicação do surgimento dos movimentos guerrilheiros na Colômbia.

O embrião das lutas armadas que se desenvolve na Colômbia encontra-se, segundo os autores acima, na forma como o país foi colonizado. O propósito da colonização era a exploração mercantil das riquezas, que visava o enriquecimento da nobreza espanhola. No entanto, mesmo com a libertação, em 1819, esse quadro não mudou.

No decorrer do século XIX, a Colômbia conservou um modelo de economia caracterizado pela produção agrícola e pela extração mineral voltadas à exportação. Enquanto isso, na esfera social, predominava a baixíssima qualidade de vida das massas trabalhadoras. Somava-se a isso a predominância da elite espanhola no

governo do país, deixando a população à margem das decisões e dos direitos sociais. Esses fatores levaram Palacios e Safford a concluir que o fardo imposto à maioria da população por uma elite privilegiada ocupando o poder estimulava uma resposta violenta como único recurso político. Como consequência, no início do século XIX, vários movimentos nacionalistas ganhavam força e as turbulências que marcaram o período eram suficientes para afirmar, segundo os autores, que a Colômbia do século XIX seria um Estado em permanente guerra.

Um estudo feito pelo Banco Mundial (1999) também encontra na formação do Estado colombiano as respostas para o desenvolvimento de guerrilhas violentas. As causas identificadas por esse estudo são: a mínima presença estatal em muitas partes do país; a corrupção generalizada e a impunidade; os elevados níveis de aceitação social da violência; e um país fragmentado regionalmente.

Esse estudo reconhece que as causas da violência guerrilheira na Colômbia são múltiplas. No entanto, ele simplifica essas causas afirmando que elas tendem a girar em torno de questões históricas, como por exemplo, o legado do conflito político entre os partidos tradicionais; amplos fatores estruturais, tais como a desigualdade de acesso ao poder econômico - especialmente terras e recursos - e as desigualdades de acesso ao poder político.

Sendo assim, a brutalidade das guerras civis acompanhou o século XIX como consequência de uma história de 200 anos de tentativas mal sucedidas, por parte das oligarquias, de forjar um Estado-nação moderno sem abrir mão de sua posição política dominante. Dessa forma, pode-se concluir, com a análise das afirmações acima, que a conjugação das características do processo de colonização com a dependência do povo em relação aos poderosos locais proporcionou um

ambiente favorável aos confrontos. Por isso, a integração de todo o território colombiano se apresentou como um empreendimento desafiador e altamente propenso a suscitar conflitos.

3.3 A violência das guerrilhas explicada pela noção de Estado falido

Outra explicação para o surgimento de grupos violentos na Colômbia e que, de certa forma, complementa o estudo sobre os problemas da colonização está relacionada à noção de Estado falido. Um Estado falido pode ser definido por uma súmula de fatores, como a fragilização das suas instituições, a instabilidade econômica e política e o aparecimento de uma forte contestação interna. Segundo Rotberg (2002, p. 85, tradução nossa):

Estados-nação fracassam porque já não podem proporcionar políticas positivas para o seu povo. Seus governos perdem legitimidade e, aos olhos e nos corações de uma crescente pluralidade dos seus cidadãos, o próprio Estado-nação torna-se ilegítimo.

À medida que o Estado perde o monopólio legítimo do uso da força e a capacidade do controle territorial, a conflitualidade cresce. Com a incapacidade de controlar o território e suas fronteiras, muitas vezes, o poder do Estado torna-se limitado à área da capital.

Rotberg coloca o crescimento da violência criminosa como outro indicador de um Estado falido. Segundo ele, à medida que a autoridade estatal enfraquece e o Estado começa a oprimir seus cidadãos, a anarquia torna-se mais aparente.

Gangues e sindicatos criminosos assumem o controle das ruas da cidade; o uso de armas e o tráfico de drogas se tornam mais comuns; as forças policiais ficam paralisadas. Os cidadãos, buscando proteção, procuram a ajuda de chefes militares e outras figuras importantes que expressem solidariedade com a população.

A Colômbia, no entanto, ainda não pode ser considerada um Estado falido. O governo colombiano possui cerca de 70 por cento da nação sob autoridade oficial. Nessas áreas, o Estado fornece, mesmo que precariamente, políticas sociais e até mesmo certas melhorias na segurança da população. Apesar de ineficiente, o governo ainda tem autoridade e alguma estabilidade política que impede que o Estado seja considerado falido.

Ainda assim, a Colômbia é vista como um Estado em vias de fracassar. Ela não tem um aparelho de Estado realmente efetivo fora das suas principais cidades. Sua complexa geografia favorece a dispersão da população e a fragmentação dos mercados. Essa erosão da autoridade estatal surge associada a outro elemento, que é a perda do monopólio legítimo do uso da força. A Colômbia não consegue fornecer, suficientemente, os bens necessários à sua população, tais como a segurança e a proteção contra a violência. Perante essa situação os cidadãos transferem sua lealdade às entidades sub-estatais, como por exemplo, as FARC. Por todos esses fatores, esse contexto de um Estado próximo ao fracasso é propício ao desenvolvimento de economias informais, da extorsão e da criminalidade generalizada com a atuação das guerrilhas.

3.4 A violência das guerrilhas explicada a partir de uma análise em nível sub-nacional

Diferente dos estudos generalizados sobre a violência guerrilheira, HOLMES et al. (2006) conduziram um estudo sobre esse tema de forma mais precisa. Esse estudo analisou as causas da violência das FARC em cada um dos diferentes departamentos que compõem o Estado colombiano. Dessa forma, o estudo se mostrou mais aprofundado, na medida em que analisa as causas gerais, normalmente encontradas para explicar o conflito interno no país, em cada departamento, e identifica onde elas efetivamente influenciam no desenvolvimento da violência.

Para chegar ao seu objetivo, o estudo verifica a presença, nos diferentes departamentos, das causas comumente identificadas como fatores influenciadores da violência guerrilheira, e confronta com os níveis de violência de cada departamento em determinada época. Para cada causa o estudo formula uma hipótese, que será testada após a análise dos dados acima.

3.4.1 Fatores Econômicos

No que se refere aos fatores econômicos, o estudo formula duas hipóteses que reúnem as ideias comumente relacionadas aos níveis de violência: 1) A primeira afirma que altos níveis de grupos guerrilheiros estão associados a baixos níveis de PIB per capita ou taxas de crescimento negativas; 2) A segunda afirma que a

violência guerrilheira é positivamente associada a atividades de exportação, desde que esta última forneça recursos financeiros acessíveis para grupos violentos não-estatais.

Após a análise dos dados, o estudo confirma que esses fatores econômicos influenciam no crescimento violento das guerrilhas. O estudo mostra que esses fatores podem encorajar as guerrilhas de duas maneiras: 1) A baixa condição econômica pode inspirar a revolta. Na Colômbia, há um longo desafio estrutural no campo, resultando em um persistente conflito pela terra. Por exemplo, quando novas terras são destinadas à produção e os camponeses precisam ser deslocados, as guerrilhas providenciam proteção aos fazendeiros contra os camponeses deslocados. Uma conexão direta entre a pobreza e a violência na Colômbia é que, em muitos casos, a guerrilha paga melhor que outros empregos disponíveis na agricultura. Por isso, o número de combatentes tende a crescer. O estudo confirma que o PIB per capita está inversamente relacionado à violência das FARC, ou seja, a violência é maior nos departamentos menos desenvolvidos economicamente. 2) Os recursos econômicos podem servir como base financeira para grupos guerrilheiros. Para Collier (2000 apud HOLMES et al., p. 4, tradução nossa):

Os fatores que contam para a diferença entre falha e sucesso não estão nas 'causas' que essas organizações rebeldes pretendem abraçar, mas nas suas distintas oportunidades radicais de aumentar as receitas... a teoria econômica de conflito defende que a motivação do conflito não importa; o que importa é se a organização pode se sustentar financeiramente [...]

Esses recursos podem ser tanto lícitos quanto ilícitos. Os lícitos, como por exemplo, as exportações de produtos primários, geram lucros consideráveis e,

consequentemente, conflitos pelo controle das zonas produtivas. Os recursos ilícitos são também uma grande fonte para sustentação da guerrilha. Apesar das afirmações comumente aceitas de que a produção da coca é a grande impulsora dos conflitos colombianos, esse estudo constatou que o cultivo da coca é um fator insignificante para explicar a violência das FARC. O narcotráfico, de fato, enfraqueceu a economia do país, afastando o investimento estrangeiro. O problema é que o narcotráfico é uma importante forma de financiamento para esses grupos. Portanto, a base financeira das FARC está na extorsão dos negócios lícitos e ilícitos praticados em áreas sob seu controle, mas, segundo esse estudo, os ilícitos não são suficientes para influenciar o crescimento da violência guerrilheira.

3.4.2 Fatores governamentais

As hipóteses identificadas para os fatores governamentais também foram duas: 1) A violência guerrilheira é esperada no contexto de uma fraca presença estatal; 2) Altos níveis de repressão do Estado são associados a altos níveis de violência guerrilheira.

A ausência do Estado em algumas áreas do país e o sistema judicial debilitado, não foram confirmados por esse estudo como fatores influenciadores da violência guerrilheira no país. Esses fatores foram confirmados apenas em alguns departamentos, e, por isso, não podem ser generalizados como causas da violência guerrilheira no país.

O fator que o estudo confirma como influenciador da violência guerrilheira são os altos níveis de repressão do Estado. O estudo compara o caso colombiano ao que ocorreu no Peru, quando o governo perdeu apoio popular dos camponeses pela repressão indiscriminada contra os rebeldes peruanos. A violação aos direitos humanos é outro fator que está relacionado à violência da guerrilha. Quanto mais os direitos dos rebeldes são feridos, mais violência a guerrilha provoca para defender seus objetivos.

3.4.3 Fatores demográficos

A hipótese identificada para os fatores demográficos é a de que a violência guerrilheira é esperada em um contexto de deslocamento interno. A presença de refugiados, especialmente em áreas sem o controle suficiente do governo, é considerada um fator favorável ao surgimento de grupos violentos. Os deslocados podem agravar os problemas existentes de um Estado debilitado, facilitando a atividade das guerrilhas ou servindo de esconderijo para os guerrilheiros.

3.4.4 Fatores geográficos e regionais

A hipótese para os fatores geográficos e regionais é de que os efeitos de coordenação e de influência são os condutores potenciais para a guerrilha, ou seja,

a coordenação entre os grupos guerrilheiros pode ser uma variável espacial latente, criando um condutor geográfico para a violência das FARC.

O estudo confirma que terrenos montanhosos estão fortemente associados a um maior nível de guerra civil, pois são áreas de difícil acesso para a efetiva ação do governo. O período de *La violencia* é um exemplo em que grupos de camponeses se uniram em regiões remotas, com pouca presença do Estado.

Essa hipótese é, portanto, confirmada. No entanto, o estudo reconhece que há um ajuste imperfeito no controle espacial do modelo, e que, por isso, esse resultado é preliminar, necessitando de outros estudos para melhor analisar essa conclusão.

3.5 A violência das guerrilhas explicada pelo fracasso da ação coletiva e noção de poder

Alguns estudiosos como Yepes (2001) atribuem a violência na Colômbia ao peso da ação coletiva. Segundo esse autor, a ação social e política coletiva não obteve sucesso na Colômbia. O fracasso dos movimentos sociais e a despolitização trazida pela Frente Nacional, no período de 1958 a 1974, tendem a dar mais peso às formas de ação violenta. Para o autor, a democracia colombiana é uma democracia de elites, mais próxima a uma aristocracia. Nessas condições, as crises políticas na Colômbia devem ser expressas como mudanças bruscas nos regimes políticos.

O autor, no entanto, não acredita que a explicação para os altos níveis de violência guerrilheira na Colômbia seja única. Ele afirma que, atualmente, existe um consenso entre os estudiosos de que o problema da violência na Colômbia é muito

complexo, e, por essa razão, não cabem explicações simplistas para as suas causas.

Ele alega que a violência não depende somente de condições socioeconômicas como pobreza ou crescimento econômico. Nem de fatores políticos como a doutrina da segurança nacional das forças armadas, ou da suposta infiltração do comunismo internacional. O autor acredita que a perspectiva do tráfico de drogas também não é uma explicação satisfatória, assim como não são os fatores culturais. Segundo o autor, até mesmo os que insistem na importância de fatores culturais para explicar a violência na Colômbia reconhecem que, embora elementos culturais ajudem a energizar a violência e dar a ela certa forma, eles não constituem uma explicação suficiente.

Yepes acredita que talvez a única explicação que gera certo grau de consenso entre os investigadores seja a relativa fraqueza ou precariedade do Estado colombiano. No entanto, para o autor, mesmo esse consenso é equivocado, pois há várias noções do que poderia constituir um Estado precário. Para alguns, o Estado precário é sinônimo de necessidade de um melhor controle policial e militar. Para outros, essa precariedade se refere às insuficiências da democracia e da justiça na Colômbia. As consequências teóricas e práticas de uma ou outra tese são profundamente diferentes.

Por todas essas razões, o autor não acredita que a fraqueza das forças populares e da ação coletiva sejam os fatores determinantes para a violência na Colômbia. Eles têm influência, mas para ter um maior poder explicativo essa análise deve ser ligada a um conceito mais geral, baseado na distinção entre poder e violência, proposto por Hannah Arendt, citada em Yepes. Segundo ela, poder e

violência não devem ser equiparados. Poder é a capacidade de agir coletivamente. Violência é a utilização individual de instrumentos de violência contra outros indivíduos. Segundo Arendt, a violência pode ser a ferramenta de um ou de muitos; o poder é sempre coletivo. Ligando essa explicação de Arendt às ideias de Yepes, significa que, para ele, a violência foi gerada pela falta de poder das forças populares em alcançar seus objetivos.

3.6 Explicações para a persistência da violência guerrilheira

Alguns estudos preferem analisar não o que originou os altos níveis de violência guerrilheira na Colômbia, mas sim os fatores que contribuem para sua continuidade e para a não resolução do conflito. Um desses estudos foi desenvolvido por Baron e Mond (2001), que acreditam que devido à debilidade das ações do Estado a Colômbia está a beira de uma grande guerra civil. Esses autores resumem em dez os fatores que consideram ser altamente influentes na persistência do conflito e que também contribuem para a impossibilidade de negociação.

O primeiro fator é a desigualdade social e a instabilidade do país. Os autores afirmam que atualmente há um consenso de que esses fatores dão origem a uma dinâmica que confere legitimidade a projetos revolucionários e a alternativas violentas. Essas são as chamadas “causas objetivas da violência”. Eles acreditam que essa causa é considerada legítima, pois se a sociedade não aceita essa realidade e busca profundas transformações, a paz se torna impossível.

Se há um consenso em torno das causas objetivas da crise, devem ser tomadas atitudes para que se chegue a um acordo sobre as soluções para essas

causas, o que não tem sido feito com eficiência pelo governo. Esse é o segundo fator. Os autores afirmam que os protagonistas da revolução justificam suas ações em termos de condições socioeconômicas e políticas (a falta de democracia, justiça, desigualdade política, o oligopólio do poder). As consequências desse conflito foram percebidas pelos grandes empresários, que se dispuseram a negociar para diminuir a influencia do conflito nos indicadores macroeconômicos. A atitude do governo, no entanto, se mostra incapaz de conseguir sucesso nas negociações.

O terceiro fator é a existência de um desacordo considerável sobre os meios para resolver o conflito, por isso ele ainda persiste. Os autores distinguem três correntes dentro da sociedade colombiana que há séculos tentam um caminho para modernidade.

A primeira delas é formada por aqueles que tentam conseguir seus objetivos por meio de mudanças revolucionárias. Eles tentam chegar à modernidade através de reformas estruturais impostas pela ação revolucionária, seguida de uma vitória política ou militar. A segunda admite a necessidade de mudança, mas acredita que o problema pode ser resolvido através de uma reforma democrática. A última corrente acredita que a sociedade pode continuar sem qualquer transformação nas suas relações sociais. Esses são os que apóiam o modelo bipartidário e se consideram os líderes naturais do país. Esses três grupos, no entanto, não renunciaram a violência como meio para atingir seus objetivos políticos.

O quarto fator identificado pelos autores refere-se a atitude do povo colombiano. Embora os protagonistas da violência não representem o povo colombiano, eles falam pelo povo e a sociedade colombiana os permite falar. Os autores estimam em 20.000 guerrilheiros e 5.000 paramilitares contra 37 milhões de

colombianos. Apesar de estarem em maior número, os autores afirmam que o povo colombiano nunca conseguiu uma vitória contra a violência desses grupos e a impunidade deles.

O quinto fator se refere ao abismo que existe na atitude dos diferentes atores do conflito, ou seja, os processos de paz não podem ser conduzidos com a utilização da guerra. Segundo os autores, a atitude dos participantes é um dos maiores obstáculos para a transformação do conflito na Colômbia. A forma como eles se referem uns aos outros mostra o abismo que existe entre as partes e a falta de interesse em uma aproximação que leve à negociação. A crise do Estado colombiano e de suas forças armadas, juntamente com o silêncio da sociedade mostra alguma legitimidade à causa guerrilheira e a impressão de que sua vitória está perto. Para os autores, nenhum exército que vê sua vitória como iminente está preparado para sentar e negociar com o inimigo.

O sexto fator refere-se aos custos do conflito. Ainda não é claro o quanto os colombianos estão preparados a pagar pela reconstrução nacional. Segundo os autores, é fato que a negociação com a guerrilha exigirá que se ofereçam algumas vantagens a ela. Não será apenas uma rendição e entrega de armas. No entanto, quando essa negociação é vista como algo real e próximo de ocorrer, as autoridades ainda não têm a certeza do quanto podem e querem gastar.

A existência de setores estruturalmente intransigentes com a capacidade de obstruir uma solução política é outro fator. Esses setores são assim chamados porque a guerra promove seus interesses ou porque suas atitudes radicais são aparentemente muito enraizadas e não mudam. Os autores consideram que esses grupos são o maior obstáculo para a paz.

O oitavo e o nono fatores identificados pelos autores estão ligados e se referem à capacidade militar da guerrilha. Eles acreditam que o exército fica fraco apenas em curto-prazo, pois sempre tem uma estratégia. Além disso, a força tática das guerrilhas é responsável por diminuir a possibilidade de negociação.

Por fim, há dois cenários possíveis: no lado militar, contenção (conflito segue sem uma vitória completa) ou dispersão da guerra (quando há vitória do movimento guerrilheiro); no lado político, uma solução realista, mas improvável: o reconhecimento, por parte da sociedade, do Estado e dos revolucionários, de uma revolução colombiana inacabada que não atingiu a vitória militar.

Diante desses fatores, os autores identificam duas hipóteses como meio para entender o momento presente do conflito colombiano. A primeira afirma que a guerra civil colombiana tornou-se um problema internacional, e isso leva à ideia de soberania limitada, na medida em que se busca a solução para o conflito interno. Os autores chegam a afirmar que o conflito colombiano é um retrocesso aos dias da Guerra Fria, pois os grupos guerrilheiros colombianos ainda se utilizam de símbolos e de uma linguagem dessa época, considerada arcaica nos dias de hoje. O conflito colombiano torna-se um problema internacional na medida em que os grupos guerrilheiros passam a ocupar zonas de fronteiras com outros países, praticando o tráfico de drogas. Também há o problema dos refugiados, que procuram outras regiões para fugir da violência do conflito.

A segunda hipótese afirma que a Colômbia está à beira de perder a capacidade de exercer sua soberania nas negociações para solução do conflito interno. A intervenção norte-americana, oferecendo armas e outros instrumentos militares, é um exemplo de que aos poucos a Colômbia perde soberania frente a

essa situação. Nessa hipótese acredita-se que a Colômbia está em uma situação em que não há retorno, não há como resolver o conflito. Os próprios colombianos e a sociedade internacional também acreditariam que esse conflito não tem solução. Por isso, a sociedade colombiana, que antes não aceitava a possibilidade de uma intervenção externa, acreditaria que essa seria a única forma de resolver o conflito interno, falando abertamente da necessidade de uma força internacional de manutenção da paz.

Diante de todos esses estudos é possível perceber que a grande tendência deles é o estudo das FARC dentro de uma análise mais generalizada, que é a questão do conflito interno colombiano como um todo. Todos esses estudos identificaram causas macrofundamentadas para explicar os altos níveis de violência guerrilheira na Colômbia. No entanto, percebe-se que ainda há muita discussão a respeito das causas que realmente influenciam esse processo.

Os estudos conduzidos pelo Banco Mundial e por Rotberg acreditam que uma dessas causas é a mínima presença estatal, ou seja, a incapacidade de controlar o território. No entanto, o estudo conduzido por Holmes et al. concluiu que a ausência do Estado em algumas áreas do país não é um fator influenciador da violência guerrilheira. O narcotráfico, que é o fator geralmente mais aceito para explicar a violência das guerrilhas, é descartado por esse estudo de Holmes et al.

O fator que encontra aceitação geral é a questão da desigualdade social. A baixa condição econômica da maior parte da população colombiana é identificada por todos os estudos como um dos fatores responsáveis pela criação de grupos guerrilheiros e de sua ação violenta. É importante lembrar que esses estudos não

tentam definir uma única causa para o conflito interno gerado pelas guerrilhas. Eles associam esse conflito a vários fatores que nem sempre encontram adeptos.

4 EXPLICAÇÕES MICROFUNDAMENTADAS PARA OS ALTOS NÍVEIS DE VIOLÊNCIA DAS FARC

4.1 Introdução

Como visto no capítulo anterior, a maioria dos estudos que falam sobre a violência das FARC, na verdade, analisam o conflito interno na Colômbia de forma geral. Poucos estudos são desenvolvidos de forma mais específica, como o estudo de Holmes et al., que fez uma análise a nível sub-nacional. Além disso, os fatores que os estudos identificam como geradores ou influenciadores da violência guerrilheira são macrofundamentados e frequentemente questionados quanto a sua real relação com esse fenômeno violento. Os vários estudos gerados por esses questionamentos tiveram conclusões distintas quanto aos fatores que têm forte influência na ação violenta das guerrilhas, mostrando que não há consenso sobre esses fatores.

Por isso, neste capítulo será feita uma análise microfundamentada das causas dos altos níveis de violência nas FARC, na tentativa de promover um estudo mais centrado e que identifique no próprio grupo as razões que o levou a se utilizar de atos violentos para conquistar seus objetivos. Para isso, serão utilizadas as proposições microfundamentadas identificadas na teoria de David Laitin, conforme exposto no primeiro capítulo deste estudo.

4.2 Análise microfundamentada da violência nas FARC

Conforme discutido no primeiro capítulo deste estudo, Laitin formula três proposições microfundamentadas sobre o nacionalismo violento. Já foi visto que o sentimento nacionalista presente nas FARC não é o mesmo que se verifica nos casos estudados pelo autor, pois não possui um caráter separatista ou independentista. Porém, pode ser visto como um nacionalismo que busca o progresso da nação, pela instituição de um novo governo, através da conquista do poder do Estado colombiano. Considerando esse sentimento nacionalista é que os microfundamentos de Laitin serão analisados nas FARC.

4.2.1 Estrutura social rural densa

Conforme visto no primeiro capítulo, essa primeira proposição afirma que a formação da guerrilha dentro de uma sociedade rural composta por grupos sociais locais é uma condição necessária para a ação da guerrilha nacionalista contra a autoridade do Estado. A explicação para essa afirmação é que grupos sociais têm normas de honra. Se o líder decide promover uma guerrilha nacionalista, seus membros o seguirão para não serem desonrados ao traí-lo e sofrerem pressão social. Além disso, a maioria dos grupos sociais tem uma lista confidencial com os nomes dos membros. Dessa forma, eles não precisam temer de serem descobertos como parte da guerrilha.

Analisando o surgimento das FARC, conforme exposto no segundo capítulo deste estudo, percebe-se que ela foi criada por camponeses que lutavam contra o elitismo político e pelo direito à terra. Quando os camponeses evacuaram para a selva e começaram a se consolidar em um grupo guerrilheiro, eles formularam um Programa Agrário com o intuito de promover uma reforma agrária revolucionária. Com esse Programa os camponeses queriam liquidar as bases da propriedade latifundiária e fazer com que a terra fosse entregue ao camponês. Dessa forma, a guerrilha surgiu dentro de uma sociedade rural.

Os integrantes das FARC, por exemplo, são formados em sua maior parte por jovens camponeses. Castro (2007) afirma que os recrutamentos compulsórios são organizados pelo grupo na área rural colombiana, através do sequestro de jovens das vilas para transformá-los em soldados.

A composição da guerrilha por um grande número de jovens lhe proporciona maior força física e longevidade. Os integrantes promovem treinamentos físicos e de combate, formação política e estratégica e toda uma série de atividades que, na visão do pesquisador colombiano Villota (2008), num período de tempo prolongado terminam atingindo a personalidade dos militantes e os conformando de acordo com os interesses do grupo. A repetição das mesmas ações, fiscalizadas por um forte esquema disciplinar, é o que termina transformando o jovem camponês em um guerrilheiro.

A vida guerrilheira também é fortemente influenciada pelo Estatuto das FARC. Os líderes comandam seus subalternos mediante a aplicação de uma série de dispositivos disciplinares que resultam em uma cultura de honra para o grupo. Nas palavras de Villota (2006, p.110):

A fim de assimilar a diversidade de seus membros, a guerrilha desenhou uma estrutura de dominação e de subordinação com hierarquia de comando e obediência, em que a autonomia individual, embora não totalmente aniquilada, é extremamente limitada.

A partir da inserção no grupo, os guerrilheiros rompem com todos os vínculos sociais que os atavam à vida pregressa: abandonam família, amigos e ocupações, e adotam um nome de guerra. Por isso, Villota (2006) afirma que a mudança de nome é algo tão simbólico, pois significa, entre outras coisas, o abandono de uma realidade anterior para abraçar uma nova vida, desta vez inteiramente subjugada pelos ditames do grupo. Nesse novo mundo, o guerrilheiro se esconde no anonimato da vida guerrilheira, sem rosto identificável na esfera pública e não corre o risco de ser visto e reconhecido. Uma vez inserido na guerrilha, o indivíduo não pode fugir da força do grupo que o envolve e o ata à rede de interdependências que se estabelece entre os guerreiros. Pelo convívio cotidiano com práticas violentas, eles podem desenvolver diversos transtornos de personalidade e adquirir uma compreensão deturpada do agir humano, no qual a resolução de conflitos só pode acontecer pelo uso exacerbado de violência física.

Outro aspecto importante dessa primeira proposição de Laitin é que os partidos políticos são mais propensos a negociações que a lutas. Inicialmente as FARC surgiram como braço armado do Partido Comunista, defendendo os ideais socialistas. Porém, com o crescimento da guerrilha, esta passou a demonstrar uma atuação mais autônoma, e nunca conseguiu firmar um partido político eficiente. Isso influenciou o insucesso das negociações e a escolha da luta armada para conquista dos objetivos das FARC.

Durante o governo de Belisario Betancur (1982-1986) uma trégua foi firmada entre o governo e as FARC como parte inicial do processo de paz. Criou-se o partido político denominado União Patriótica (UP), legenda criada para concorrer às eleições sem, contudo, abandonar a luta armada. A UP, no entanto, nasceu em meio à guerra e nunca encontrou oportunidade para superar a sua condição de entidade ambígua em relação ao movimento armado. O projeto da UP objetivava a construção de uma frente política capaz de ampliar a representatividade legal das guerrilhas, representando o primeiro passo sério dado pelo movimento guerrilheiro no sentido da participação regular na política e permitindo-lhe extrapolar os limites da esfera exclusivamente militar.

Nas eleições para o Congresso Nacional, a UP obteve um bom resultado, tendo conquistado 14 assentos parlamentares. Mesmo assim, essa inédita experiência veio a ter um dos desfechos mais trágicos da história nacional colombiana, quando integrantes de grupos guerrilheiros menores se tornaram vítimas de assassinatos sistemáticos conduzidos pelos esquadrões da morte de paramilitares de direita. Esse foi o primeiro passo para a instituição da violência no partido e o distanciamento da possibilidade de inserção da guerrilha na política e na vida social.

4.2.2 Explicando os incentivos à violência: os “fenômenos de virada” no recrutamento político

Essa proposição afirma que o renascimento nacional requer que as pessoas que utilizam principalmente a língua do Estado comecem a se preparar para utilizar

a língua regional. No entanto, isso é um investimento caro. Cada pessoa da região precisa calcular o retorno e os benefícios por optarem pela língua regional, baseando-se na probabilidade de outros fazerem a mesma escolha.

Essa proposição não se aplica ao movimento das FARC por ser uma característica presente essencialmente nos movimentos nacionalistas de independência. Conforme visto anteriormente, as FARC surgiram com um sentimento nacionalista distinto dos casos estudados por Laitin. Elas utilizam a mesma língua do Estado e seus atos violentos não se devem à tentativa de independência com imposição de uma língua local.

As FARC se esforçam para construir uma identidade distinta da defendida pelos os movimentos nacionalistas e para constituir uma nova sociedade. Eles lutam pela construção de uma identidade guerrilheira. Nessa identidade prevalecem a obediência e a ação coletiva. Os guerrilheiros devem estar dispostos ao combate. Nas palavras de Villota (2006, p.112):

Temos, então, entre outros artifícios racionalmente construídos: o secreto como condição necessária no processo de configuração do grupo; códigos disciplinares e coerções grupais como instrumentos que tornam o indivíduo mais dócil e o colocam a serviço da guerrilha; interações comunitárias que ativam o processo de auto coerção individual; interdependências com grupos inimigos que reforçam a disposição para o combate; a negação da individualidade que, embora esteja na contramão do pensamento pós-moderno, é condição fundamental para a sobrevivência dos grupos revolucionários.

Nesse sentido, as categorias de tempo e espaço do Estado-nação, na guerrilha, foram substituídas por esses dispositivos, os quais, embora tenham sido criados em função do fortalecimento do grupo, seus efeitos são sentidos pelos

indivíduos à medida que são induzidos no processo dinâmico de construção da identidade dos guerreiros.

O desejo de construção de uma nova identidade é influenciado por algumas características comuns aos integrantes da guerrilha: a pobreza, a exclusão social, o subemprego, a falta de perspectivas, de afeto e apoio familiares, assim como, em alguns casos, a violência praticada por outros grupos armados. Essas características favorecem a configuração de grupos excluídos do processo de desenvolvimento econômico e político no país. Os indivíduos que optam por integrar a guerrilha têm a esperança de conseguir uma vida melhor, menos ingrata, com mais oportunidade e, dessa forma, poder ajudar suas famílias financeiramente. Na construção da identidade guerrilheira, os combatentes são convencidos de que o Estado é o grande culpado pelas desigualdades sociais e que luta guerrilheira é a melhor forma de resolver essas desigualdades.

Além de desejarem construir uma nova identidade para seus membros, as FARC procuram apresentar-se perante a opinião pública como o paradigma do tipo de sociedade que pretendem formar. A imagem que a guerrilha quer comunicar à sociedade civil é a de ser uma coletividade exemplar, cujo cotidiano está regido pela prática da justiça e da equidade em todas as relações sociais que se possam estabelecer em torno do grupo. No discurso, a guerrilha oferece melhores condições de vida para seus membros do que o Estado para seus cidadãos. Na propaganda guerrilheira, o grupo insiste em apresentar-se como alternativa de vida, como espaço social que oferece condições para a satisfação de aspirações individuais. De fato, os líderes guerrilheiros afirmam que quem pertence ao grupo sob nenhum pretexto poderá ser excluído da satisfação plena de suas necessidades básicas.

Dessa forma, eles pretendem criar uma nova sociedade para a futura Colômbia socialista.

4.2.3 Mecanismos de sustentação

Nessa proposição a violência continua em apenas um subconjunto de casos, no qual as condições necessárias existem, bem como existem fortes incentivos para usá-la. Três fatores sustentam os atos violentos: (a) A população local percebe as vitórias táticas, mas não percebe as perdas estratégicas; (b) O custo de deixar a organização terrorista é alto; e (c) Uma cultura de violência se torna institucionalizada.

Para analisar essa proposição é importante considerar também o período que antecedeu a formação da guerrilha em questão, quando é possível encontrar o ciclo de ação-represália-ação. Como visto no segundo capítulo deste estudo, no século XX houve um intenso conflito devido à disputa entre os partidos tradicionais da Colômbia. O assassinato de Jorge Eliécer Gaitán em 1948 desencadeou uma série de atos violentos tanto por parte do governo, quanto por parte do povo.

A insatisfação da população com o elitismo e a desigualdade socioeconômica que havia na época, juntamente com a repressão do governo às manifestações populares, provocaram o surgimento de quadrilhas como forma de defesa e resistência. As ações violentas do governo para exterminar essas quadrilhas levaram ao surgimento de várias outras.

Para que essas quadrilhas passassem a ser vistas como vitoriosas, apesar das ofensivas do governo, elas se dividiram em vários grupos móveis e se espalharam pelo território colombiano. Isso dificultou a ação do exército e as várias frentes ganharam vantagem para que pudessem se fortalecer.

Quando os dirigentes agrários eram assassinados, a guerrilha, em represália, começava a ameaçar a população camponesa. O assassinato de Jacobo Prias, chefe do movimento agrário comunista, em janeiro de 1960, por exemplo, demonstra o espiral de ação-represália-ação. Esse fato intensificou ainda mais a ação da guerrilha, conforme afirma o próprio *Secretariado del Estado Mayor Central de las FARC-EP* (FARC-EP, 2003): “El asesinato de Jacobo Prias fue la chispa política, el detonante de la lucha guerrillera del pueblo [...]”.

Esse ciclo de violência foi tornando-se cada vez mais frequente e o constante desejo de represália levou à formação das FARC. Como resposta ao Plano LASO, de ocupação de Marquetalia, as 48 pessoas que permaneceram na região uniram-se em guerrilhas móveis para combater o exército. Essa ofensiva do governo colombiano em parceria com o governo norte-americano foi o estopim da disputa entre camponeses e governo, fazendo com que os primeiros se organizassem, traçando planos concretos para continuar a luta na área e iniciar o crescimento da guerrilha.

Esses objetivos foram alcançados. As FARC se tornaram a maior, mais antiga e mais potente guerrilha da Colômbia. Seus atos violentos levaram a várias tentativas de negociações por parte do governo. Nenhuma delas, no entanto, obteve sucesso no processo de paz. A cultura de violência, que se instalou no grupo antes mesmo do seu surgimento oficial, continuou a provocar o espiral de ação-represália-

ação, após sua consolidação. Em 2002, por exemplo, uma coluna móvel das FARC sequestrou o avião que viajava o Senador Jorge Gechem. Além desse político, vários outros foram sequestrados, assim como foram vários civis que não queriam se envolver nesse conflito. Esses fatos, juntamente com a incapacidade do governo colombiano de resolver o conflito, fortaleceram cada vez mais o potencial da guerrilha.

No entanto, com esses fatos a guerrilha percebe as vitórias táticas, mas não percebe as perdas estratégicas. As represálias mostram de forma momentânea o potencial da guerrilha. Suas ações provocam o governo e fazem a sociedade interna e internacional temerem o potencial e os objetivos das FARC. Apesar desse temor que o grupo provoca, em mais de 40 anos de luta a guerrilha não conseguiu atingir o objetivo que levou à sua criação, que é a conquista do poder e a instituição de um governo comunista que defenda os interesses do povo. Ademais, com o passar dos anos, esse objetivo parece estar cada vez mais distante, ou até mesmo parece ter sido abandonado, levando a crer que suas ações não fazem mais sentido.

Essa frequência e intensidade do conflito entre FARC e governo mostram que a violência se constituiu numa via relativamente aceita pela sociedade, um meio alternativo pelo qual as disputas políticas se resolveriam. Sobretudo nos últimos 50 anos prevaleceu na Colômbia um *modus operandi* no qual a violência se tornou um instrumento atrativo, justamente por ser capaz de prover uma forma de escapar a um processo decisório interdependente de regime de propriedades rurais fortemente concentradas nas mãos de poucos.

Dois importantes instrumentos que ajudam a manter a cultura de violência nas FARC são o recrutamento e o treinamento. A guerrilha era bastante cuidadosa

com o recrutamento, pois precisava persuadir quem ainda não fazia parte do grupo para que eles acreditassem e quisessem lutar pela causa guerrilheira. Inicialmente não se revelavam as exigências e os riscos da vida militar guerrilheira. Eles argumentavam que o engajamento no movimento era temporário, pois a vitória estava próxima. Além disso, a guerrilha tentava mostrar os benefícios de pertencer ao grupo, falando da possibilidade de ganhar dinheiro e ajudar financeiramente a família. Nas palavras de Villota (2006, p.93):

Aos jovens, promete-se uma vida de aventuras e de emoções fortes; aos desempregados, uma ocupação que rompa com o tédio de uma vida monótona. Se por acaso surgir alguma rejeição ao Estado, a questão é facilmente resolvida: o discurso reafirmará que na guerrilha a pessoa terá a oportunidade de acabar de vez com essa “estrutura opressora e oligárquica”.

No entanto, as técnicas de recrutamento mudaram quando, a partir da década de noventa, a guerrilha alcançou ótimas condições financeiras para adquirir armas e manter um número significativo de combatentes. A partir de então a guerrilha passou a utilizar métodos violentos para recrutar pessoal suficiente ao preenchimento de seus quadros. No anseio de estender seu domínio, a guerrilha tenta eliminar tudo aquilo que possa ser obstáculo ao seu projeto político. Nesse sentido, quem não se adequar às suas exigências políticas, econômicas e militares pode ser vítima de sequestro, expulsão da região ou de algum tipo de serviço público, como trabalhos físicos forçados, serviços de assistência social a pessoas carentes ou, no pior dos casos, correr o risco de ser assassinado.

Esse rigor no recrutamento também está presente no treinamento dos membros das FARC, em que os instrumentos utilizados são as normas que orientam

as ações dos combatentes. Essas normas proíbem todas as ações que não estejam em sintonia com as pretensões coletivas, fazendo com que as particularidades individuais sejam praticamente imperceptíveis. Dessa forma, as normas não podem ser questionadas ou discutidas. Essa severidade é exemplificada no depoimento da comandante Olga Lúcia, citado por Villota (2006, p.116):

Quando a gente decide ser guerrilheira das FARC-EP não pode sair mais [...]. É o regulamento [...]. Do contrário seria uma romaria de gente. Não haveria estabilidade na organização. Além do mais, tudo seria muito simples porque se você pisa na bola, e vê que a coisa ficou difícil, vai embora. Não, a decisão é séria. A gente tem que saber onde está entrando.

Portanto, a disciplina empregada pelas FARC é uma estratégia de sobrevivência que rege a vida nômade e o grande número de membros. Com esse rigor, a guerrilha tenta impedir tanto a desobediência quanto a própria deserção dos seus combatentes, castigando os guerrilheiros que cometem falta, ou seja, desobedecem às normas. Villota (2006) afirma que as faltas graves geralmente são castigadas com a morte. A deserção consciente é uma dessas faltas. Por isso, muitos combatentes, mesmo insatisfeitos com a vida guerrilheira, temem desertar o grupo e serem perseguidos. Para inibir ainda mais a deserção, os líderes insistem no conhecimento total dos vínculos familiares dos guerrilheiros. Dessa forma, se o guerrilheiro fugir, a pena recairá sobre seus familiares. Nesse sentido, os combatentes continuam obedecendo aos mandos da guerrilha e sustentando a violência, por temerem alguma represália ao desertarem as regras da organização.

Esse rigor empregado pelas FARC aos seus combatentes surtiu efeitos positivos. A guerrilha conseguiu se consolidar, mantendo um grande número de guerrilheiros que obedeciam estritamente as regras do grupo.

Com essa análise, verifica-se que duas das proposições microfundamentadas de Laitin estão presentes no caso das FARC, enquanto uma não pôde ser confirmada. Na primeira, confirma-se que o grupo foi formado essencialmente por camponeses que possuem normas de honra e obedecem estritamente aos seus superiores. Os recrutamentos são organizados na área rural, de maneira bastante rigorosa, com o fim de criar uma identidade guerrilheira para seus combatentes e uma nova sociedade. Os guerrilheiros, por sua vez, abandonam toda vida pregressa e adotam um novo nome para que não sejam identificados pela sociedade. A falta de um partido político que os represente dificulta a possibilidade de negociação e a entrega de armas, fazendo com que a guerrilha escolha a via armada para alcançar seus objetivos.

Por não ser um movimento nacionalista independentista, a segunda proposição não pôde ser aplicada ao caso das FARC. Conforme exposto, a questão da escolha linguística é uma característica do nacionalismo de independência. Nas FARC, existe o desejo de criação de uma nova identidade para seus membros, para que seja possível a constituição de uma nova sociedade que transforme a Colômbia em um Estado socialista. Dessa forma, o grupo cria suas próprias regras.

A terceira proposição também está presente nas FARC. Viu-se que o desejo de represália sempre esteve presente no movimento. O espiral de ação-represália teve forte influência na formação da guerrilha, gerando uma cultura de violência que continuou presente após sua consolidação. Esse espiral mostra que o

grupo comemora as vitórias táticas, mas não percebe as perdas estratégicas. Dessa forma, a violência é constantemente utilizada para demonstrar o potencial do grupo e provocar o temor da população e do governo, enquanto o objetivo principal da guerrilha é distanciado. O potencial do grupo é sustentado pelo rigor das normas que disciplinam os combatentes. O temor de uma perseguição ao desertar o grupo ou desobedecê-lo, obriga seus membros a continuarem servindo a causa guerrilheira, pois eles sabem que o custo de deixar a organização pode ser muito alto.

Apesar de ser uma teoria voltada para movimentos nacionalistas tradicionais, o modelo de Laitin conseguiu proporcionar explicações bastante satisfatórias para os altos níveis de violência nas FARC. Com este capítulo, foi possível compreender a diferença entre as conclusões obtidas com as abordagens macro e microfundamentadas. Embora uma das proposições de Laitin não tenha sido confirmada, as outras geraram explicações originais e consistentes, que diferem dos estudos comumente desenvolvidos sobre esse tema, pois foram observados os aspectos micro e não as generalizações macrofundamentadas.

Conclusão

Com o atual cenário internacional globalizado e interdependente é necessário conhecer as particularidades dos vizinhos mais próximos, principalmente quando esse vizinho está em uma situação de conflito. No caso da Colômbia esse conhecimento se faz importante, pois o conflito já dura mais de quarenta anos e está trazendo consequências cada vez mais graves aos países vizinhos, como ocorreu em 2008 com a crise diplomática gerada entre Colômbia, Equador e Venezuela. Nesse conflito, um dos principais atores são as FARC, que comandam um exército com cerca de 20 mil combatentes muito bem armados e treinados e possuem centenas de prisioneiros em seu poder.

As FARC são conhecidas, hoje, por seus atos violentos, que muitas vezes são chamados de atos terroristas, e por seu envolvimento com o narcotráfico. Esses atos divulgados pelos meios de comunicação criaram a imagem de um grupo terrorista, afastando as verdadeiras causas que levaram ao surgimento do grupo.

Desde sua origem as FARC passaram por muitas mudanças. Criaram um Estatuto, um Programa Agrário e se constituíram em guerrilhas móveis. Passaram a utilizar táticas de guerra, promover recrutamentos rigorosos e construir uma nova identidade para seus combatentes. Elas cresceram em número e em potencial armado, provocando divergências internacionais quanto à sua classificação, que ainda não possui uma definição universal.

Pelos fatos acima esse conflito interno colombiano, sem dúvida, intriga muitos estudiosos. Ele já dura mais de quarenta anos e vem provocando o assassinato, sequestro e fuga de milhares de colombianos. Várias são as pesquisas que analisam a instabilidade do país e a atuação dos diversos grupos guerrilheiros, paramilitares, bem como do próprio exército colombiano. No entanto, as FARC são o grupo que mais chama a atenção desses estudiosos devido ao seu enorme contingente e potencial bélico.

A maior parte dessas pesquisas estuda o conflito colombiano de forma generalizada e macrofundamentada, atribuindo ao Estado as condições que levaram ao surgimento das guerrilhas. Surgem, assim, diversas conclusões a respeito das causas que originaram e tornaram violentos os grupos guerrilheiros na Colômbia. Algumas dessas causas, no entanto, são descartadas por alguns estudos que não as consideram influenciadoras dos atos violentos do grupo.

Analisando as FARC historicamente, conclui-se que o seu surgimento é atribuído à histórica disputa entre os partidos tradicionais da Colômbia: o liberal e o conservador. Soma-se a essa disputa a desigualdade socioeconômica que beneficiava os grandes latifundiários e impedia o pequeno camponês de ter acesso a terra. Esses fatores fizeram a população colombiana se revoltar e se unir para defender os seus direitos. A forte repressão do Estado contra os camponeses fez com que estes se unissem em um grupo que, mais tarde, se tornou as FARC. Seu objetivo era a conquista do poder para a constituição de um novo Estado, sob o regime comunista.

As causas macrofundamentadas para os altos níveis de violência guerrilheira na Colômbia identificadas nos estudos analisados nesta pesquisa foram:

as paupérrimas condições de formação do Estado colombiano; a mínima presença estatal em muitas partes do país; a corrupção generalizada e a impunidade; os elevados níveis de aceitação social da violência; um país fragmentado regionalmente; o legado do conflito político entre os partidos tradicionais; amplos fatores estruturais, tais como a desigualdade de acesso ao poder econômico - especialmente terras e recursos - e as desigualdades de acesso ao poder político; a fragilidade do Estado colombiano; fatores econômicos; fatores governamentais; fatores demográficos; fatores geográficos e regionais; o insucesso da ação coletiva; a desigualdade social e a instabilidade do país; a incapacidade do governo de conseguir sucesso nas negociações; o desacordo considerável sobre os meios de resolução do conflito; a falta de atitude do povo colombiano; o abismo que existe na atitude dos diferentes atores do conflito; o despreparo quanto aos custos de resolução do conflito; a presença de setores estruturalmente intransigentes e com capacidade de obstruir uma solução política; e a capacidade militar da guerrilha.

Comparando os estudos analisados, percebe-se que não há consenso em torno de algumas dessas causas identificadas. O estudo conduzido pelo Banco Mundial e por Rotberg, por exemplo, acredita que a ausência do Estado em algumas áreas do país é uma das causas que influenciou no surgimento e na atuação violenta das guerrilhas. O estudo de Holmes et al., no entanto, descartou esse fator, afirmando que uma das causas para os altos níveis de violência guerrilheira são os altos níveis de repressão do Estado.

Outra conclusão interessante desse estudo de Holmes et al. é que o narcotráfico não é suficiente para influenciar o crescimento da violência guerrilheira.

Essa conclusão contraria as afirmações comumente declaradas a respeito das FARC, que são criticadas, hoje, pelo seu envolvimento com o narcotráfico.

Essas discussões mostram que o problema da violência na Colômbia é muito complexo e gera muitas explicações quando analisado de forma generalizada. Com a utilização do modelo de Laitin tentou-se propor um estudo focado na violência provocada pelas FARC. Esse enfoque confirmou a presença de duas proposições da teoria de Laitin, identificando dois fatores que influenciaram no surgimento das FARC como um grupo violento.

A primeira delas é a formação da guerrilha dentro de uma sociedade rural, composta por grupos sociais locais. A formação das FARC dentro dessa sociedade permitiu a criação de normas de honra, que disciplinou a conduta dos guerrilheiros, de forma que eles obedecessem estritamente às regras do grupo e temessem a deserção. O recrutamento e o treinamento promovidos por esses grupos de camponeses fortaleceram a guerrilha em número e em potencial armado, transformando-a na maior guerrilha colombiana.

A outra proposição confirmada é a presença de três fatores que sustentam os atos violentos: A população local percebe as vitórias táticas, mas não percebe as perdas estratégicas; O custo de deixar a organização terrorista é alto; e uma cultura de violência se torna institucionalizada. Viu-se que as FARC surgiram pelo constante desejo de represália que os camponeses nutriam. Quanto mais o Estado reprimia as manifestações dos camponeses, mais eles resistiam, unindo-se em grupos que depois se transformariam em guerrilhas móveis. A constante repressão do governo e as represálias das FARC geraram uma cultura de violência que ainda perdura. Essa cultura faz com que os guerrilheiros se conformem com pequenas vitórias, mas não

percebam que seu objetivo final está cada vez mais distante. Mesmo aqueles que percebem e acreditam que a luta não faz mais sentido, temem abandonar a guerrilha, pois deserção é castigada com a morte, ou até mesmo com a perseguição da família do desertor.

A proposição da questão linguística foi limitada pelo fato de as FARC não serem um grupo nacionalista de independência. Estes últimos normalmente lutam pela formação de um Estado caracterizado pela delimitação dos grupos étnicos que fazem parte dele. A língua é um fator importante que ajuda a definir a identidade desses grupos. Nas FARC há o desejo de construção de uma identidade guerrilheira, na tentativa de criar uma nova sociedade, com suas próprias regras, e que governarão a futura Colômbia socialista.

Apesar da ausência da questão linguística nas FARC, as duas proposições confirmadas refletem muito bem os fatores que tiveram grande contribuição para a formação violenta dessa guerrilha. Esses fatores trazem uma reflexão muito interessante de como essa guerrilha conseguiu se fortalecer em número e potencial armado. Considerando o histórico da guerrilha, essa análise nos proporciona um bom entendimento de como as FARC se tornaram o maior e mais perigoso grupo guerrilheiro da Colômbia. É importante lembrar que essas conclusões se referem ao período que antecede o envolvimento do grupo com o narcotráfico, pois sabe-se que essa variável traz uma série de implicações que levam a outras reflexões a respeito do uso da violência.

Bibliografia

ALVES, Marco Celso. *Um mandato para a paz: o caso da negociação entre o governo de Andrés Pastrana e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (1998-2002)*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/7682_2.PDF?NrOcoSis=22363&CdLinPrg=pt> Acesso em 09 de abril de 2009.

APRENDERÁS a no llorar. Niños combatientes en Colombia. *Human Rights Watch*, Nova York, 2003. Disponível em: <http://www.hrw.org/legacy/spanish/informes/2003/colombia_ninos.html> Acesso em 10 de abril de 2009.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Brasília: EdUNB, 1992.

BRITO, Maria Luján; CORDIVIOLA, Marcelo. Colômbia: o divórcio entre o Estado e a nação. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 46, n. 1, p. 221-225, jan./Jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292003000100012&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em 10 de junho de 2009.

BRITAIN, James J. As FARC-EP na Colômbia: Uma exceção revolucionária numa era de expansão imperialista. *Resistir*. Disponível em: <http://resistir.info/colombia/britain_farc.html>. Acesso em 10 de junho de 2009.

CASTRO, Luiz Fernando Damaceno Moura. *Novos movimentos paramilitares na Colômbia*. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20070606215902.pdf?PHPSESSID=2be5183657bfb47e107b2ccdc6a8bd70>. Acesso em 20 de novembro de 2008

CUNHA, Hugo Filipe. O último a sair da Colômbia apaga a luz. *Centro de investigação e análise em Relações Internacionais*. 2007. Disponível em: <http://www.ciari.org/opiniaio/o_ultimo_sair_colombia_apaga_luz.htm>. Acesso em 16 de junho de 2009.

EJÉRCITO NACIONAL DE COLOMBIA. *Las Farc perdieron 6.000 hombres en 2 años*. Bogotá, 2005. Disponível em: <<http://www.ejercito.mil.co/index.php?idcategoria=73409>>. Acesso em 10 de abril de 2009.

FELDMANN, Andreas E.; PERÄLÄ, Maiju. Reassessing the Causes of Nongovernmental Terrorism in Latin America. *Latin American Politics and Society*, v. 46, n. 2, p. 101-132, 2004.

FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DE COLOMBIA – EJERCITO DEL PUEBLO. *Marquetalia: símbolo de la resistencia del pueblo en armas*. Bogotá, 2003. Disponível em: <<http://www.farc-ejercitodelpueblo.org/?node=2,865,1>> Acesso em 09 de abril de 2009.

FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DE COLOMBIA – EJERCITO DEL PUEBLO. *Las FARC-EP: 30 Años de lucha por la Paz, Democracia y Soberanía*. Bogotá, 1994. Disponível em <<http://www.farc-ejercitodelpueblo.org/?node=2,1890,1>> Acesso em 09 de abril de 2009.

FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DE COLOMBIA – EJERCITO DEL PUEBLO. *34º Aniversario de las FARC-EP*. Bogotá, 1998. Disponível em: <<http://www.farc-ejercitodelpueblo.org/?node=2,1343,1&highlight=operacion%20marquetalia>>. Acesso em 09 de abril de 2009.

FUERZAS Armadas Revolucionarias de Colombia. *México Diplomático*, mar. 2008. Disponível em: <http://www.mexicodiplomatico.org/noticias/farc_marzo08.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2009.

FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DE COLOMBIA – EJÉRCITO DEL PUEBLO. *Desde Marquetalia hasta la victoria*. 2003. Disponível em: <<http://www.farc-ejercitodelpueblo.org/?node=2,1946,1>> Acesso em 06 de julho de 2009.

GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. As FARC e o direito internacional: um jogo de manipulação. *Aduaneiras*, São Paulo, fev. 2008. Disponível em: <http://www.aduaneiras.com.br/noticias/artigos/default.asp?artigo_id=371&n=5>. Acesso em 16 de junho 2009.

GAVIRIA M, Margarita Rosa. Cultura e Segurança cidadã: em busca do controle da violência na Colômbia. *Sociologias* [online]. 2007, n.18, pp. 316-335. ISSN 1517-

4522. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a15.pdf>> Acesso em 15 de abril de 2009.

HOLMES, Jennifer S. et al. A Subnational Study of Insurgency: FARC Violence in the 1990s. In: HOFFMAN, Bruce (ed.) *Studies in Conflict and Terrorism*. Routledge, 2006, p. 249-265. Disponível em: < <http://usregsec.sdsu.edu/docs/holmes3.pdf>>. Acesso em 16 de abril de 2009.

LAITIN, David. National revivals and violence. In: John Bowen and Roger Petersen. (Eds.). *Critical Comparison in Politics and Culture*. Cambridge: Cambridge, 1999.

LOPES, Julio Cesar da Silva . Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia: Entre as Imagens de Defensores do Povo e Narcoterroristas. *Faces da Academia*, v. 1, p. 33-48, 2006. Disponível em: <http://www.uniderp.br/DOURADOS/extensao/Revista_FAD_2006_EMAIL.pdf#page=33> Acesso em 19 de novembro de 2008.

MARKS, Thomas. *Colombian Army adaptation to FARC insurgency*. 2002. Disponível em <http://books.google.com/books?id=eVcf03gFCZ4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_summary_r&cad=0#PPA1,M1> Acesso em 16 de junho de 2009.

MEDINA, Juan Guillermo Ferro; RAMÓN, Graciela Uribe. *El orden de la guerra*. Las FARC-EP: Entre la organización y la política. Disponível em: <http://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=t97gkuN_QoQC&oi=fnd&pg=PA22&dq=farc&ots=uhWuKPeqPZ&sig=cT-bGgSkH6FYWngNwIDC7_Fu9qc#PPA48,M1> Acesso em 12 de junho de 2009.

MELLO, Kátia. As FARC são terroristas? *Época*, Jan. 2008. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG81175-6013-505,00-AS+FARC+SAO+TERRORISTAS.html>> Acesso em 12 de junho de 2009.

MIR, Luís. *Guerra civil: Estado e trauma*. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=XDVGUR9dpcwC&pg=PA156&lpg=PA156&dq=diferen%C3%A7a+insurg%C3%A2ncia+beliger%C3%A2ncia&source=bl&ots=ctDMXrgXYU&sig=0_WFCFaYS5ZVSS326vksv7vwaLI&hl=pt-BR&ei=y-I3SsXJEJeltgetk5XkDA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2#PPA156,M1>. Acesso em 16 de junho de 2009.

PALACIOS, Marcos; SAFFORD, Frank. *Colômbia país fragmentado sociedade dividida. Su historia*. Editorial Norm. Bogotá, 2004

PARDO, Mônica Zuleta. Relaciones entre ideas revolucionarias y revolución em Colômbia: el caso de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia (FARC) y el Partido Comunista. In: NAVARRO, Enrique Camacho (coord.). *El rebelde contemporâneo em el circuncaribe*. México, Eder, 2006, p. 359-390. Disponível em: <http://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=W_9Bw5tR300C&oi=fnd&pg=PA359&dq=La+anatom%C3%ADa+de+La+Violencia+en+Colombia&ots=wruGV-Xicp&sig=RPDknv8DjuQgU0BHyRBZ1bwHUMA#PPA361,M1>. Acesso em 26 de março de 2009.

PEÑUELA, Edgar. *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC): Intereses Políticos y Visión de Estado*. 2002. 56 f. Centro Argentino de Estudios Internacionales, Buenos Aires, 2002. Disponível em: <<http://www.caei.com.ar/global/8/art3.pdf>>. Acesso em 17 de novembro de 2008.

PETRAS, James. Homenagem a Manuel Marulanda. *Resistir*, jun. 2008. Disponível em: <http://resistir.info/petras/marulanda_27mai08.html>. Acesso em 17 de novembro de 2008.

PROGRAMA Agrário dos guerrilheiros das FARC. *Inverta*, Marquetalia, 1964. Disponível em <<http://inverta.org/jornal/agencias/internacional/reformaagrariafarc>>. Acesso em 26 de março de 2009.

RODRIGUES, Miguel Urbano. *A Saga das FARC-EP*. *Avante!* nº 1429, 2001. Disponível em :<www.pcp.pt/avante/20010419/429t1.html>. Acesso em: 08 de setembro de 2008.

ROTBURG, R. I. The New Nature of Nation-State Failure. *The Washington Quarterly*. p. 85-96. 2002. Disponível em <<http://www.twq.com/02summer/rotberg.pdf>> Acesso em 29 de abril de 2009.

SARTORI, Giovanni. Comparing, Miscomparing and the Comparative Method. In: Mattei Dogan and Ali Kazancigil . *Comparing Nations: Concepts, Strategies, Substance*. Oxford: Blackwell, 1994.

THEIDON, Kimberly; BETANCOURT, Paola Andrea. *Transiciones conflictivas: combatientes desmovilizados en Colombia*. Bogotá, n. 58, p. 92-111, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/anpol/v19n58/v19n58a04.pdf>>. Acesso em 07 de outubro de 2008.

THÜRER, D. The Failed State and the International Law. *International Review of the Red Cross*, nº836, 1999. Disponível em <<http://www.icrc.org/Web/eng/siteeng0.nsf>>. Acesso em 29 de abril de 2009.

VILLOTA, Jose Maria de Jesus Izquierdo. Na ante-sala da guerrilha. *O povo [online]*, Fortaleza, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/opovo/vidaearte/767271.html#>>. Acesso em: 21 nov. 2008.

VILLOTA, Jose Maria de Jesus Izquierdo. *Meninos não choram: A formação do habitus guerreiro nas FARC-EP*. 2006. 217 f. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=509>. Acesso em 04 de julho de 2009.

Violence in Colômbia. Building Sustainable Peace and Social Capital. A World Bank Country Study. Washington, 1999. Disponível em: <http://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=BZfIGhYFBAC&oi=fnd&pg=PR6&dq=violence+in+colombia&ots=i0nE4QvUDo&sig=2iWmUzUC59R_JylzuC6fHJncx1Y#PPR3,M1> Acesso em 16 de abril de 2009.

YEPES, Rodrigo Uprimny. Violence, Power, and Collective Action. A comparison between Bolivia and Colombia. In: BERGQUIST, Charles et al. (ed.). *Violence in Colombia 1990-200. Waging war and negotiating peace*. p. 39-52 Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=EjC9UcS7Rn0C&pg=PA39&dq=causes+for+violence+in+colombia&lr=&hl=pt-BR#PPA44,M1>>. Acesso em 17 de abril de 2009.

YIN, Robert K. *Case Study Research: Design and Methods*. Cap. 1 e 2. Sage: USA, 1989.